

LETÍCIA BIRUEL SAMPAIO

**O BANCO MUNDIAL E O DOCUMENTO “APRENDIZAGEM PARA
TODOS – ESTRATÉGIA 2020 PARA A EDUCAÇÃO”: UMA ANÁLISE
DA INDUÇÃO AO SETOR PRIVADO**

Rio Claro - SP

2017

LETÍCIA BIRUEL SAMPAIO

**O BANCO MUNDIAL E O DOCUMENTO “APRENDIZAGEM PARA
TODOS – ESTRÁTEGIA 2020 PARA A EDUCAÇÃO”: UMA ANÁLISE
DA INDUÇÃO AO SETOR PRIVADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho (UNESP), *campus* de Rio Claro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Raquel Fontes Borghi.

Linha de pesquisa: Políticas, gestão e o sujeito contemporâneo.

Rio Claro - SP

2017

370 Sampaio, Letícia
S192b O Banco Mundial e o Documento "Aprendizagem para todos - estratégia 2020 para a educação": uma análise da indução ao setor privado / Letícia Sampaio. - Rio Claro, 2017
85 f. : il., quadros

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Raquel Fontes Borghi

1. Educação. 2. Banco Mundial. 3. Privatização. 4.
Avaliação. I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Data da defesa: ____/____/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi.
Universidade Estadual de São Paulo

Nome Prof. Da banca

Nome Prof da banca

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Rio Claro

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Raquel Fontes Borghi agradeço por ter me escolhido como orientanda, pelas horas de incentivo, pela paciência, pela dedicação, pela amizade e principalmente por ter sido minha maior influência e espelho em ser pedagoga. Muito obrigada por tudo.

Às professoras Regiane Bertagna e Teise de Oliveira, que formaram a banca da minha qualificação, agradeço por toda as correções feitas ao meu trabalho. Agregando valor não só à minha dissertação, mas também à minha vida acadêmica. Muito obrigada pela dedicação e apoio.

Ao Grupo de estudos GREPPE, onde todas as discussões feitas em nossos encontros me auxiliaram a escrever o presente trabalho.

Minha mãe Helena, meu irmão Pedro e minha vó Santina: dedico cada palavra desse trabalho a vocês, por todas as vezes que vocês toleraram o meu mau humor e desespero por conta do mestrado. Pedro, agradeço por todas as conversas sobre política que me ajudaram com a escrita. Vó, agradeço pelo carinho e finais de semana que passamos juntas. Mãe, agradeço por estar ao meu lado em todas as horas importantes da minha vida, incluindo minha qualificação.

Ao meu chefe e pai Paulo, por toda a inteligência e grandeza que vem de você, por toda a compreensão pelas horas que precisei me dedicar ao mestrado durante o horário de trabalho e principalmente por toda força e orgulho que você me deu.

À minha família “americana” Ana, Shaher, Ira, Nina e Lola, primeiramente por me deixar ser parte da família de vocês, pelo quarto emprestado que mudou minha vida, por todo o amor, mesmo longe que sentimos. Ana, você é a grande culpada por eu chegar onde eu cheguei, todas as vezes que pensei em desistir, pensava em você e nas madrugadas que você passava escrevendo sua dissertação.

A todos os meus amigos de Araraquara pelas horas de descontração, especialmente Gimenna, Raquel e Giulia. À minhas amigas da faculdade, que comemoraram comigo quando fui aceita no mestrado Mylena, Thaíse, Nayara, Marina, Laura, Débora e Carla. Ao meu

melhor amigo de Rio Claro, que me acolheu e me deu todo o apoio Marcus Vinicius e aos meus primos do coração Vinicius, Gustavo e João.

E por fim, gostaria de agradecer a Deus por mais uma oportunidade na minha vida, e por mais um objetivo alcançado.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o documento do Banco Mundial intitulado “Aprendizagem para todos: estratégia 2020 para a Educação” e a indução à atuação do setor privado na educação. Interessa, para os objetivos do estudo, analisar as propostas de ação do BM para a privatização. O referido documento, divulgado em 2011, apresenta uma “nova estratégia” para a área educacional com propostas de ações para os próximos 10 anos. A nova estratégia prevê três campos de ação, envolvendo: um campo denominado de conhecimento (avaliação da aprendizagem, avaliação de impacto e implantação de sistema de avaliação com ferramentas para avaliação comparativa); outro de apoio técnico e financeiro (sistema de apoio técnico, abordagem multisetorial, financiamento por resultados) e; por fim, um campo denominado parcerias estratégicas (com agências da ONU, doadores da comunidade, setor privado e organizações da sociedade civil). A metodologia utilizada foi a análise documental, tendo como foco da análise a indução ao setor privado, considerando três aspectos centrais das orientações constantes do documento “Aprendizagem para todos: Estratégia 2020 para a educação” do Banco Mundial – educação e desenvolvimento, apoio ao setor privado e o foco nas diretrizes referentes aos sistemas de avaliação. Podemos identificar como resultados, perante a análise desses aspectos citados acima, que o fundamento do documento é que a educação possibilita crescimento econômico e progresso rápido, sendo assim como aponta Santos (2004), esse fundamento sobre a educação reduz o indivíduo apenas a sua capacidade laboral. Outro resultado presente é a forte presença da privatização na maioria das orientações contidas no documento, como a questão de um novo sistema educacional abrangendo todas as oportunidades formais e informais de ensino que naturaliza a privatização e contribui para fortalecer a indução ao setor privado.

Palavras-chave: Banco Mundial, Privatização, Avaliação.

ABSTRACT

This research aims to analyze the World Bank Document entitled “Learning for All: Strategy 2020 to education” and the induction of the private sector in the education. Interests for the study objectives, analyze the actions proposals of World Bank to privatization. The said Document, released 2011, presents a “new strategy” to educational area with actions proposals for de next 10 years. The new strategy predict three fields of action, involved: a field denominated learning (assessment of learning, assessment of impact and implementation of assessment system with tools to comparative assessment); other of technical support and financial (system of technical support, multisector approach, financing by results); and finally a field denominated strategy partners (with UN agencies, donors of committee, private sector and civil society organizations). The methodology used was documentary analysis, where the analysis focus is the induction of the private sector, considering three aspects central of the constants guidelines in the Document “Learning for All: Strategy 2020 to education” by the World Bank- education and development, sector private support and the focus on the guidelines for assessment systems. We can identify as results, before analyzing theses aspects mentioned above, we can see that the Document foundation is that education enables

economic grows and fast progress, therefore as it points Santos (2004), this foundation about education reduces the individual only to his work capacity. Another present result is the strong presence of privatization in the most of the orientations in the Document, like the question about a new educational system encompassing all the formal and informal of learning, which naturalizes privatization and contributes to strengthening induction to private sector.

Words-Keys: World Bank, Privatization, Assessment.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
1. Banco Mundial: breve histórico e sua atuação no campo da educação.....	12
1.2 O Banco Mundial e a educação.....	22
2. Documento Aprendizagem para Todos: Estratégia 2020 para a educação	26
3. O Documento 2020 e a indução ao setor privado.....	37
3.1 Educação e Desenvolvimento	37
3.2 Apoio ao Setor Privado	50
3.3 O foco nas avaliações.....	62
Considerações Finais.....	78
Referências	79

INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional - GREEPE vem realizando pesquisas sobre a privatização na área educacional, mais especificamente acerca das parcerias público-privadas. A primeira delas intitulada “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: um estudo em municípios paulistas”, coordenada por ADRIÃO (2008), organizou um banco de dados com informações sobre municípios paulistas que realizaram parcerias público-privadas na educação básica de 1996 a 2006. Dentre outros resultados, o que esta pesquisa evidenciou foi um crescimento no número de parcerias realizadas entre o poder público municipal e as instituições privadas na área educacional. Nesse estudo, foram evidenciadas três modalidades de parcerias que apareceram de forma significativa nos municípios paulistas: a compra de sistema de ensino privado pelas redes públicas; a contratação de instituições privadas para a elaboração de políticas educacionais com impacto sobre a gestão da educação municipal e; a subvenção, pelo Poder Público Municipal, de vagas em instituições privadas de educação infantil.

Em relação à última modalidade, a pesquisa coordenada por BORGHI (2012) deu continuidade, realizando um estudo acerca dos arranjos institucionais entre o público e o privado para a oferta da educação infantil. O Programa Bolsa-creche – programa de subvenção pública às instituições privadas lucrativas - aparece nas duas pesquisas (ADRIÃO, et al, 2008; BORGHI, et al, 2012).

O artigo de Domiciano “A Educação Infantil via Programa Bolsa Creche: O caso do município paulista de Hortolândia” fala que o programa Bolsa Creche consiste em financiamentos a qual a prefeitura das cidades que implantaram o programa transfere recursos públicos às escolas privadas em função do número de alunos matriculados e frequentes.

Além desse projeto, há também o programa Pró-creche, o qual foi estudado no município de Araras pelo autor Costa (2014) e é intitulado “Programa Pró-creche e o atendimento ao público municipal: um olhar para as condições de oferta de educação para a primeira infância”. Costa afirma que o Programa Pró-creche consiste em uma parceria entre o poder público municipal e escolas particulares de educação infantil, onde o município compra vagas de instituições particulares para alunos de 0 a 3 anos, que não encontram vagas nas instituições públicas.

A partir das evidências acerca do avanço do processo de privatização da educação infantil conforme as pesquisas acima apresentadas, a presente pesquisa tem por objetivo

analisar as orientações do Banco Mundial e o seu braço de apoio ao setor privado, o IFC (*International Finance Corporation*), referentes à privatização da educação.

O Banco Mundial foi criado em 1944, em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em Bretton Woods, Estados Unidos, com o objetivo de estabilizar a economia financeira mundial no período pós-guerra. No início, era uma convenção de 44 países. Já na década de 90 passou para 176 países membros e seus empréstimos passaram de 500 milhões de dólares (1947) para 24 bilhões (1993). Nesse mesmo período havia acumulado um total de 250 bilhões de dólares em empréstimos até o ano de 1994, com 3660 projetos mundiais. Podemos observar, portanto, o crescimento do BM, assim como sua mudança de interesses.

De acordo com o site oficial do Banco Mundial, este tem atualmente o objetivo de erradicar a pobreza do mundo e fazer um intermédio entre o mundo minoritário (países de primeiro mundo) e o mundo majoritário (países de terceiro mundo), ou seja, uma ligação entre as nações ricas e as nações pobres. O Banco financia projetos para setores sociais e econômicos, como infraestrutura, educação, saúde, administração pública, agricultura e gerenciamento de recursos naturais e do meio ambiente.

O IFC (*International Finance Corporation*) foi criado em 1956, com 176 países membros. Segundo o site oficial, o IFC tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico através do setor privado, investindo em empresas privadas sustentáveis dos países em desenvolvimento e que tenham acesso limitado ao capital. A Corporação presta assistência técnica e de assessoramento aos governos e empresas e concedem financiamentos ao setor privado, empréstimos de longo prazo e produtos para gestão estruturada de finanças e risco.

Em relação à atuação do Banco Mundial, Robertson (2012) afirma que, embora o Banco seja o mais poderoso produtor de conhecimentos sobre o desenvolvimento internacional, os seus feitos pela redução da pobreza foram pouco expressivos. Para a autora, desde os anos de 1980, quando houve a mudança do seu paradigma ideológico para o neoliberalismo, suas políticas têm apresentado consequências negativas para o crescimento econômico e a igualdade social do mundo. Para ela, a educação foi um grande experimento para as políticas neoliberais, envolvendo pagamentos por serviços públicos, privatização de atividades educacionais e uma conexão direta entre gerenciamento e financiamento da educação por rendimentos mensuráveis.

Robertson, (2012) aborda em seu artigo dois relatórios do BM na área educacional – “Estratégia para o setor educacional de 1999” (*Education sector strategy*) e “Estratégia 2020

para a educação” (*Education strategy 2020*). O primeiro de 1999 teve o papel crucial de orientar os investimentos em longo prazo do BM no setor educacional.

O autor Corragio (1996) em seu livro “O banco mundial e as políticas educacionais” faz uma análise crítica sobre esse documento, dizendo que segundo o BM, a estratégia de 1999 se constituía por dois itens: o primeiro era utilizar o uso do trabalho, visto como o recurso mais abundante dos pobres, através de um incentivo de mercado, infraestrutura física, instituições e inovações tecnológicas. O segundo era fornecer aos pobres os serviços sociais básicos, como saúde primária, planejamento familiar, nutrição educação primária. Através desses itens, Corragio diz que o Banco Mundial direcionou seus investimentos para a infraestrutura e o crescimento econômico, aparecendo cada vez mais como uma agência propulsora do investimento em setores sociais e na reforma do conjunto das políticas sociais, tratando de prevenir situações politicamente críticas.

Já o segundo relatório passou a legitimar um papel maior para o setor privado, alegando que o setor privado estenderia oportunidades educacionais para estudantes mais pobres, financiamentos privados expandiriam o número de vagas disponíveis e, a partir disso, os recursos públicos ficariam para aqueles abaixo da linha da pobreza e famílias poderiam ter a escolha além do setor público.

Como esse documento, propunha-se um aumento da atuação do setor privado na educação. Houve em conjunto uma expansão do IFC em seu papel na educação, trazendo a ideia de que financiando os abastados os pobres também seriam beneficiados.

Robertson (2012) fala sobre a ideia de Parcerias “Público Privada” (PPPs), que tinham como objetivo fortalecer a educação, visto que era um setor muito grande para que o seu fortalecimento seja feito por qualquer instituição sozinha. As parcerias eram um meio de amenizar o estrago feito pelo Consenso de Washington, que defendia a privatização ao extremo, pois ao mesmo tempo não abandonava completamente a privatização.

Como mencionado anteriormente, temos no Brasil variadas experiências de privatizações e PPPs. Nesse ano, a prefeitura de Belo Horizonte, através de uma proposta inovadora, adotou o sistema de parceria público privada (PPPs) para ampliar a estrutura da rede municipal de educação. Até o final de 2014 serão feitas 37 unidades escolares, fruto da parceria entre a Prefeitura e uma empresa privada que será responsável pela construção e pela gestão dos serviços não pedagógicos, o que resultara em 14 mil novas vagas na educação infantil e 4.800 vagas no ensino fundamental. Esse projeto de PPPs, desenvolvido pela Prefeitura onde o IFC é responsável pelo estudo da viabilidade econômica, técnica e jurídica do projeto e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi

relacionado como um dos cem projetos de infraestrutura urbanos mais inovadores e inspiradores do mundo. Segundo a notícia comparando o projeto de PPP da cidade de Nova York e o da capital mineira, Belo Horizonte passa a ser pioneiro no Brasil e representa um grande impacto social positivo para a cidade.

O primeiro capítulo deste trabalho aborda o Banco Mundial, realizando um breve histórico e apresentando a sua atuação no campo da educação nos países em desenvolvimento. O segundo capítulo consta a apresentação do documento do Banco Mundial “Aprendizagem para todos: Estratégia 2020 para a Educação”, contendo todos os capítulos presentes deste documento. Por fim, temos o terceiro capítulo analisando as orientações para a educação previstas no documento, com foco na indução a privatização e o setor privado.

O objetivo geral da presente pesquisa é identificar as orientações atuais do Banco Mundial para a educação básica no Brasil, e analisar propostas e estratégias de privatização para a Educação em países subdesenvolvidos, identificando e analisando as orientações presentes no documento em questão sobre privatização do setor público, como apresentado acima. Serão utilizados os seguintes eixos: “Educação e Desenvolvimento”; “Apoio ao Setor Privado” e “Foco nas avaliações”.

1. BANCO MUNDIAL: BREVE HISTÓRICO E SUA ATUAÇÃO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

O Banco Mundial, criado oficialmente em 1944, nos Estados Unidos, na cidade de Bretton Woods, tem a sua história iniciada antes da sua fundação oficial. Soares (1996) releva que o Banco Mundial, ao longo de seus mais de cinquenta anos de atividade, passou por inúmeras transformações, seja no âmbito de políticas, distribuição setorial de recursos ou prioridades em termos de países ou em relação à importância política. Transformou-se também na questão de escala e número de países membros, chegando no ano de 1996 a aproximadamente 176 membros, incluindo países do Leste europeu e a China, se tornando o principal financiador de projetos de desenvolvimento no âmbito internacional.

Em 1941, período em que ocorreu a Segunda Guerra Mundial, se iniciou a elaboração de propostas para uma nova economia internacional, a qual deveria se constituir após o fim da guerra. O autor Pereira (2014) diz que esse processo foi impulsionado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, sendo o objetivo dos Estados Unidos criarem condições que assegurassem o livre comércio para os produtos do país, a abertura de mercados estrangeiros ao capital americano e o acesso livre às matérias-primas necessárias a sua economia.

Segundo o Pereira, em 1942 iniciou-se uma negociação informal entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, ambos os países consideravam a importância de se construir um sistema de cooperação econômica baseado em regras e instituições multilaterais que promovessem a estabilidade econômica, o pleno emprego, o livre comércio e o investimento internacional, como fonte de paz e prosperidade entre as nações. Mas tal visão estava sendo vetada por banqueiros privados e administradores dos bancos centrais, que dominaram as políticas financeiras nessa época.

Segundo Simon (2011), entre os intelectuais que deram subsídios as discussões sobre a necessidade de se criar instituições multilaterais estão o economista inglês renomado e assessor do Tesouro britânico John Maynard Keynes e o assessor técnico do Secretário do Tesouro americano Harry Dexter White.

Pereira (Idem) aponta que em 1943 as negociações formais entre Estados Unidos e Grã-Bretanha começaram e as propostas de Keynes foram negadas pelos americanos, dando lugar à União Internacional de Compensações, para a criação de um fundo de estabilização monetária desprovido de mecanismos de ajuste globais em caso de superávit, de modo que o

peso dos ajustes cairia sobre países em situação deficitária. Em conjunto foi feito o acordo da criação de um banco para “reconstrução e desenvolvimento”:

Ainda em 1943, em lugar de um fundo acordou-se também a criação de um banco para a reconstrução e o desenvolvimento. É interessante destacar que o primeiro rascunho de uma proposta para um banco internacional, escrito por White em abril de 1942, não mencionava o desenvolvimento, mas sim um Banco de Reconstrução das Nações Unidas e Associadas. Depois de circular entre outros governos em novembro de 1943, o rascunho recebeu a expressão “e Desenvolvimento” acrescentada ao nome da instituição. (PEREIRA, 2010, p.394)

Conforme aponta Pereira, depois dessas negociações fechadas entre os dois países, em julho de 1944, o governo Roosevelt promoveu a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, ocorrida na cidade de Bretton Woods, nos Estados Unidos, com a participação de 45 nações. A conferência resultou em diversos avanços para o órgão que denominamos hoje de Banco Mundial, pois foi nesse encontro entre as 44 nações, que nasceu o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Para Pereira, houve a materialização da hegemonia americana na reorganização política e econômica internacional no pós-guerra, sendo a nova ordem monetária baseada na moeda americana, o dólar. O BIRD nasceu com a missão de fornecer garantias e empréstimos aos países-membros que necessitavam de reconstrução, pois foram afetados pela guerra.

Pereira relata que em 1947, vários acontecimentos mudaram o rumo que o BIRD tomaria. Houve o início da guerra fria e o governo americano baseou-se na Doutrina Truman que se consistia em uma formulação geopolítica de grande magnitude, onde os Estados Unidos utilizavam-se do discurso que era necessário combater o comunismo, pois assim poderia ser garantida a liberdade e a democracia nas nações ocidentais. Através da Doutrina Truman passou-se a oferecer assistência política, econômica e militar a qualquer governo sob ameaça comunista interna ou externa. Os Estados Unidos constituíram parcerias fortes com a Europa Ocidental, o Japão, o Canadá e a Austrália, como forma de competir com a União Soviética (URSS).

O autor Simon (2011) fala sobre o Plano Marshall, anunciado em 1947 que consistia em uma política de estabilização dos países da parte Ocidental da Europa. Conforme a autora, o Plano Marshall trouxe algumas vantagens para os Estados Unidos como por exemplo garantir o acesso aos mercados europeus, fortalecendo os Estados da região e tornando-os aliados políticos incontentáveis e contendo o avanço soviético. Conforme Simon (2011), na

visão dos EUA a mais importante vantagem era o fato de que com a recuperação da atividade econômica europeia haveria a retomada das trocas comerciais com a mesma.

Segundo Soares (1996) a guerra fria se tornou uma emergência que trouxe para o centro das atenções a assistência econômica, política e militar aos países de Terceiro Mundo, seguindo a necessidade de se juntar urgentemente a esse bloco de países independentes ao mundo ocidental, fortalecendo a aliança contra o comunismo.

Enquanto esses vários acontecimentos ocorriam, o governo americano buscou instrumentalizar diretamente as instituições financeiras multilaterais criadas em Bretton Woods. O BIRD, visto como pequeno perto da magnitude do Plano Marshall, acabou tendo um papel menor na reconstrução, ele concedia empréstimos para programas e para projetos. No primeiro caso, as operações eram de volume maior e tinham o objetivo de financiar importações ou avaliar desequilíbrios no balanço de pagamentos, sendo autorizados em circunstâncias especiais para clientes considerados mais solventes e politicamente estratégicos para os EUA, como Europa Ocidental e o Japão. No caso de projetos, os empréstimos eram menores e se destinavam ao financiamento de projetos produtivos, autorizados para países menos “solventes”, ou seja, países de renda média.

Figueiredo (2008) destaca que nas primeiras décadas do Banco Mundial suas ações eram voltadas para a reconstrução física e econômica principalmente de países europeus, em junção com o Plano Marshall, e havia na América Latina o programa Aliança para o Progresso - programa de ajuda econômica do governo de Kennedy para a América Latina, semelhante ao Plano Marshall na Europa. Segundo Loureiro (2013), o governo americano estaria disposto a fornecer “assistência econômica de longo prazo” aos países do hemisfério sul que se comprometessem a promover uma “revolução” em suas sociedades, revolução essa que consistia no incentivo ao desenvolvimento econômico e de reformas sociais de caráter social por meio de planejamentos e respeito à democracia.

Até 1962, o Banco não havia financiado nenhum projeto de ordem social, como saúde e educação, pois os empréstimos do BIRD deveriam gerar lucro e mostrar como seria empregado o dinheiro. Sendo assim, a melhor forma era financiar projetos de infraestrutura, que também eram usados como forma de propaganda. Pereira ressalta que nos primeiros anos o Banco se distinguiu tanto de agências americanas de ajuda econômica bilaterais como de outras organizações multilaterais como a UNESCO e a OMS, agências que investiam em agricultura, educação e saúde.

Pereira relata que uma série de fatores acontecidos durante a segunda metade de 1950, levou a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), um fundo

administrado pelo Banco que oferece condições privilegiadas de financiamento em termos de prazo e pagamento restrito a comissões, que teve uma importância fundamental na trajetória para o crescimento do Banco Mundial. O primeiro fator foi a questão da guerra fria, que causava tensões políticas. O segundo fator era o questionamento crescente do papel do BIRD como agência de financiamento do desenvolvimento. O terceiro fator consistia no fortalecimento da campanha em prol da aprovação do Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico (SUNFED), feito pela Índia, Chile e Iugoslávia, com o objetivo de criar uma agência da ONU especializada em prover assistência financeira e técnica em termos concessionários que operassem segundo princípios de um voto por Estado, sendo esse projeto aprovado em 1952 pela Assembleia Geral da ONU. Conforme Soares:

Assim, pode-se dizer que foi apenas ao longo de 50 anos que o Banco Mundial foi adquirindo o perfil de um banco voltado para o financiamento dos países em desenvolvimento, tal como é hoje. Até 1959, 65% das operações do Banco Mundial concentraram-se nos países europeus. A partir de então a participação dos países em desenvolvimento se elevou progressivamente. (SOARES, 1996, p.18)

O documento do AID denominado como “Fundo para os mais pobres” de 2013, diz que o AID nasceu com o objetivo de reduzir a pobreza fornecendo créditos e recursos a fundo perdido para programas que promovessem o crescimento econômico, reduzindo a desigualdade e melhorando as condições de vida das populações desprovidas.

Pereira conta que a criação do AID e a sua vinculação ao BIRD foi importante para evitar a sua associação direta com a política externa americana e passou a ser um meio de compartilhar a carga financeira da ajuda ao desenvolvimento com as demais potências capitalistas.

Pereira considera que nos anos 1960, o Banco se encontrava em estado de solidez, ao que se tratava das condições financeiras. Mas a dívida externa de muitos países de terceiro mundo trouxe para o Banco uma escassez de clientes, sendo um problema sério, pois se tratava de uma organização baseada em empréstimos. Foi nessa fase que George Woods, tomou a presidência do Banco Mundial, tendo como características de sua gestão a atenuação dos créditos de solvência e a valorização de outros indicadores para a autorização de empréstimos, como o potencial de crescimento e o tipo de política econômica implementada. Pereira diz que a carteira de empréstimos do Banco aumentou cerca de 10% entre 1963 e 1968, o orçamento administrativo mais do que triplicou e a instituição iniciou operações em nada menos do que cinquenta novos países, crescendo assim os empréstimos na área

agropecuária e iniciando créditos para educação, abastecimento de água e saneamento básico. O autor fala que no final dos cinco anos de gestão de Woods, o Banco havia concedido mais empréstimos que nos dezesseis anos anteriores.

Viana (2004) evidencia que, quando McNamara passou a ser presidente do Banco Mundial, o Banco necessitava inicialmente investir em serviços sociais básicos esperados pelos menos favorecidos, passando o slogan do Banco para “Redistribuição com Crescimento”.

Quando McNamara assumiu o cargo, fez um balanço mostrando que a gestão de Woods era desapontadora, pois a desigualdade de renda entre as nações havia aumentado e a maior parte das pessoas do mundo vivia em pobreza extrema. Conforme Viana (2004), essa nova gestão mais do que duplicou a carteira de empréstimos, sendo em treze anos emprestados 77 bilhões. Houve uma ampliação grande dos empréstimos para o setor agropecuário e em menor escala para a ordem social, como para o setor da educação, saneamento básico, nutrição, habitação urbana e planejamento familiar. Houve um aumento significativo nas operações na África e América Latina, o qual Viana (2004) afirma que tem relação com o fato de que o novo presidente sugeriu que o atendimento do Banco deveria colocar seu foco primário não sobre a redistribuição de renda e riqueza, mas a respeito de aumento da produtividade dos países pobres, providenciando desse modo uma justa divisão dos benefícios do crescimento.

Entretanto, Viana (2004) diz que apesar da oratória de McNamara ter gerado a ilusão de que o Banco estaria se concentrando em olhar para a luta contra a pobreza, dados mostram que a maior parte dos 77 bilhões de dólares emprestados durante o seu mandato foi para a industrialização, através de projetos de infraestrutura como rodovias, barragens, gasodutos, portos, entre outros; e somente dez por cento para projetos educacionais, de saúde, planejamento familiar, suprimento de água e esgoto e algumas outras dificuldades enfrentadas pelos menos favorecidos.

Também sobre a gestão de McNamara, Pereira afirma que houve uma série de eventos que modificaram a economia e a política mundial. Desde o final dos anos 1960, as contradições do sistema monetário internacional tornavam a manutenção da convertibilidade do dólar em ouro cada vez mais difícil para os EUA, sendo assim, o governo rompeu com o regime monetário de Bretton Woods, que havia sido criado em 1944, através de uma série de medidas praticadas durante três anos (1971-1974). Em 1979 houve o segundo choque do petróleo, quando nos EUA, com o aumento da taxa de juros combinado com a liberalização do fluxo de capitais teve como o objetivo retomar a supremacia do dólar no sistema monetário

internacional e conter a inflação doméstica, forçando a sobrevalorização do dólar e o redirecionamento da liquidez internacional, afetando a política econômica de todos os países capitalistas, concorrentes e aliados, com uma sincronização com a política americana.

Nessa fase, o Banco passava por um ajustamento estrutural, como um meio necessário para adaptação dos países endividados às novas condições da economia política internacional. Esse ajustamento consistia, no âmbito das políticas macroeconômicas de liberação do comércio, no alinhamento dos preços ao mercado internacional e redução das tarifas de proteção, desvalorização da moeda, fomento a atração de investimento externo e expansão das exportações, sobretudo os agrícolas. No âmbito das políticas sociais e de administração estatal, o ajuste tinha como objetivo central a redução do déficit público, tomando como medidas: o corte de gastos com pessoal e o custeio da máquina administrativa, a redução drástica ou mesmo a eliminação de subsídios ao consumo, a redução do custo *per capita* dos programas, com o intuito de ampliar o grau de cobertura, a reorientação da política social para saúde e educação primária, mediante a focalização do gasto na parcela da população em condições de pobreza absoluta.

Fonseca (2009) diz que na década de 1980, o Banco passou por essa reforma administrativa para assumir novas funções políticas e financeiras no processo de reestruturação da economia global, que se deu na década seguinte. Os créditos para projetos sociais foram incrementados como medida para amenizar a pobreza na fase de ajustes e evitar possíveis tensões decorrentes da contenção de despesas públicas.

Para o autor, em agosto de 1982 houve um estouro da questão da dívida externa, através do governo mexicano que declarou moratória, trazendo a crise da dívida. Esse processo de endividamento foi praticado por um tempo considerável exaustivamente com os bancos privados americanos e europeus, sob o interesse do FMI e do Banco Mundial. A solução dada foi manter o serviço da dívida em dia, não reduzir a carga da dívida e baixar a diferença entre a dívida e o serviço, promovendo ajustes internos voltados a reorientação da produção para bens exportáveis, por meio da redução e do redirecionamento do gasto público.

Em 1982 a situação tinha se tornado verdadeiramente absurda, com a América Latina obtendo em empréstimos centenas de bilhões de dólares por ano, e gastando tudo no pagamento de seus débitos passados. (VIANA, 2004, p. 19)

A moratória mexicana, segundo Sallum Jr (2003), resultou na suspensão dos fluxos voluntários de empréstimos bancários para os países da América Latina, o que provocou uma profunda crise econômica na região e mostrou mudanças nas ideias predominantes das agências financeiras multilaterais, como o Banco Mundial. Em relação à política econômica, se direcionaram mais para a ortodoxia monetarista, adotando políticas rígidas de contenção de gastos públicos e de controle monetário.

Falando dessa crise do endividamento, Soares (1996) faz uma ressalva sobre a economia brasileira, dizendo que o Banco e o FMI começaram a impor programas de estabilização e ajustes para a economia do Brasil, passando a intervir diretamente na formulação da política brasileira e influenciar crescentemente a própria legislação de nosso país, o que levou o Brasil a apresentar, no início dos anos 90, um quadro de agravamento da miséria e da exclusão social, com 40% de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza.

O Banco tomou uma posição completamente diferente depois da moratória mexicana. As causas externas foram secundarizadas e a responsabilidade pela crise foi atribuída a políticas econômicas erradas. Entre 1982 e 1986, o objetivo central, dos programas de ajustamento consistia na estabilização macroeconômica de curto prazo, deixando de lado as reformas políticas de médio e longo prazo, sendo adotado um enfoque chamado de “tratamento de choque”, ou seja, quanto mais cedo, mais rápido e mais forte fosse implementado o pacote, menor seria o desgaste político do governo.

Em sua análise sobre o Banco Mundial, Pereira (2014) entra na fase de 1989 a 1994, onde o fim da guerra fria e a desintegração da URSS abriram um campo enorme e futurista para o Banco. Os empréstimos de ajuste estrutural e suas inúmeras condicionalidades desempenharam um papel central na transição capitalista, na questão neoliberal e na pilhagem da riqueza nacional, impulsionada pela privatização agressiva com liberalização comercial e financeira unilateral. Mas o autor evidencia que a parte negativa deste processo foi a danificação das condições de vida da população, provocadas por contração dos salários, corte drástico nos financiamentos de serviços públicos essenciais, aumento do desemprego e queda geral da atividade econômica.

Vale ressaltar, como disse Bernussi (2014), que após o fim da guerra fria a educação passou a ser o foco do crescimento e desenvolvimento dos países e a partir disso, os organismos internacionais, como o Banco Mundial, passaram a incorporar a educação em seu discurso de desenvolvimento e começaram a realizar um papel central na padronização e divulgação do desenvolvimento educacional.

Pereira, fala sobre a agenda da “boa governança”, que se tornou possível pelo uso crescente dos empréstimos de ajustamento estrutural. Isto proporcionou ao Banco instrumentos para reformar a infraestrutura institucional dos Estados clientes, além da combinação: fim da Guerra Fria com a euforia da globalização financeira, que eliminou os constrangimentos políticos dos EUA.

O autor diz que no aniversário de 50 anos de Bretton Woods, o Banco Mundial estava em uma situação ambígua, por um lado havia atingido seu maior crescimento quanto à incidência geográfica, volume de empréstimos e autoridade intelectual, e por outro havia muitos questionamentos sobre o seu presente e o futuro, sendo atingido por três linhas de ataque: a primeira vinda das ONGs americanas e europeias que denunciavam os impactos socioambientais provocados por projetos e programas financiados pelo Banco, a segunda era as funções do Banco e do FMI frente à globalização financeira, propondo que a instituição deixasse de financiar o setor público e atuasse como mobilizador de recursos para a expansão direta do setor privado, e por último, a terceira linha sustentava que os BMDs haviam se tornado irrelevantes enquanto fontes de financiamento, dada a discrepância entre o volume de transações diárias nos mercados de capitais e a carteira das fontes multilaterais de crédito.

Foco de tudo isso, Pereira diz que o Banco Mundial seria o pivô da difusão dessa agenda nas décadas seguintes, por meio de condicionalidades nas suas operações de empréstimos, assistência técnica a governos nacionais e subnacionais e extensa e produção autorizada de guias de políticas.

Segundo o autor Marquez (2006), em aproximadamente sessenta anos de atividade, o Banco Mundial expandiu-se em escala e em número de países membros e passou por diversas transformações, alterando seu papel e suas políticas. O autor observa também que, desde sua fundação até o ano fiscal de 1994 mais de duzentos e cinquenta bilhões de dólares foram emprestados, envolvendo três mil seiscentos e sessenta projetos. No entanto para Marquez, a avaliação do desempenho do Banco é negativa, pois este financiou um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, ampliando a pobreza mundial, concentrando renda, aprofundando a exclusão social e destruindo o meio ambiente.

Como vimos, o Banco Mundial é uma organização nascida em 1946, que se tornou imensa e complexa, muito diferente do que a conferência de Bretton Woods imaginava. Passou a atuar em níveis, como financiamento de projetos e programas, diálogos com governos nacionais e subnacionais e assistência técnica ao setor público, pesquisas

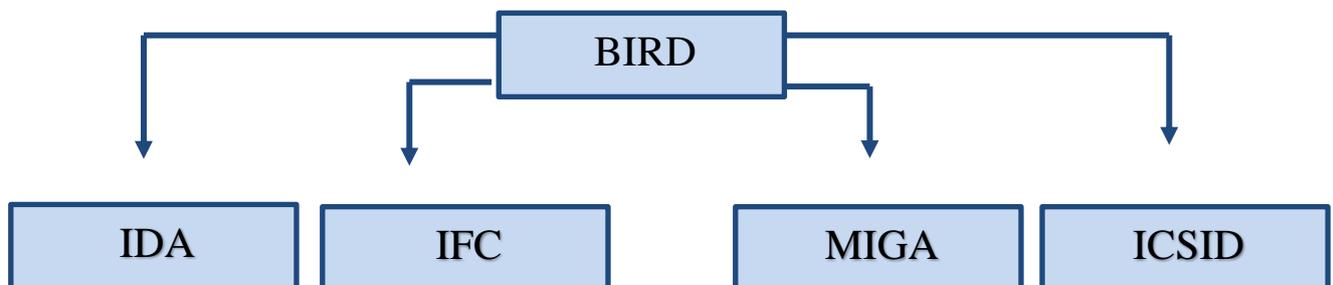
econômicas, liderança sobre outros organismos multilaterais e coordenação de iniciativas internacionais.

Abrange hoje setores da educação, saúde, habitação, energia, agropecuária política econômica, transporte, infraestrutura, desenvolvimento urbano e rural, indústria, comércio, meio ambiente, administração pública e reconstrução nacional em países pós-conflito e a assistência internacional ao desenvolvimento.

Pereira releva a importância que os EUA têm nas ações do Banco, visto que as relações com o país foram decisivas para a definição da direção política, da estrutura operacional, das pautas de empréstimos e das práticas institucionais do Banco, sendo o maior acionista e único com poder de veto na instituição, beneficiando-se em larga escala da sua economia e política, mais do que qualquer outro acionista.

Considerando a abrangência de sua atuação, o Banco atualmente é formado por instituições financeiras criadas para atuar em alguns setores importantes para o funcionamento do Banco Mundial. Fonseca (2010) apresenta essas instituições, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento; o Banco Mundial propriamente dito que abrange as outras instituições, que financia projetos na área social e de infraestrutura econômica, para países em desenvolvimento; a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), que destina seus créditos para países mais pobres; a Corporação Financeira Internacional (IFC), que trabalha com o setor privado; a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e o Centro Internacional de Solução de Controvérsia sobre Investimentos (ICSID). O organograma abaixo evidencia os “braços” do Banco Mundial:

Figura 1: Banco Mundial e seus Organismos.



Fonte: a autora com base no Documento 2020.

Segundo Soares (1996), até o ano de 1994 o Brasil efetuou altíssimos empréstimos do Banco Mundial, cerca de 22 bilhões, valor só superado por dois países, México e Índia, dando ao Brasil o título de um importante captador de recursos.

O autor ressalta que em 1949, o governo brasileiro recebeu seu primeiro empréstimo do Banco, no valor de 75 milhões de dólares, e entre 1949 e 1954, foram financiados no Brasil, 194 milhões de dólares em projetos, representando 14% dos empréstimos totais aprovados pelo Banco. Após isso, o Banco passou oito anos sem aprovar empréstimos para o Brasil, relacionados a motivos estritamente políticos.

Com relação a termos setoriais, entre 1947 e 1965, a totalidade dos empréstimos destinou-se aos setores de energia (92,5%) e transportes (7,5%), no período de 1966-1975, ocorreu uma diversificação setorial, mas no Brasil continuava a não aparecer financiamentos relevantes nas áreas sociais. Sendo no período de 1976-1983 a ênfase no setor agrícola se acentua e este passa a canalizar a maior parte dos empréstimos, seguindo pelos setores energéticos, industriais, transportes e água e esgoto.

Soares (1996) afirma que nos anos 80 o Brasil passou por uma fase de difícil relacionamento com o Banco, cedendo e recuando parcialmente as suas pressões e às do FMI para se adaptar às políticas de ajuste, pois o modelo de ajuste dos organismos multilaterais era incompatível com a estrutura da economia brasileira. A partir de 1989, a participação brasileira nos empréstimos do BIRD caiu consideravelmente: de 10% no valor total dos empréstimos de 1980-1988, houve uma queda para 4,9% no período de 1989-1994, e houve também o fato dos problemas de execução e gerenciamento dos projetos pelas entidades brasileiras, como atrasos em cronogramas, dificuldades no adiantamento de contrapartidas e o mau gerenciamento propriamente dito, que acabou prejudicando de uma forma relevante a contratação e a implementação de projetos no Brasil. A autora coloca em destaque que o Brasil até 1994 era um dos países com maior número de insucessos dos projetos financiados pelo Banco.

1.2 O Banco Mundial e a educação

Segundo Mota Júnior; Maués (2014) organismos multilaterais como o Banco Mundial e a UNESCO vêm orientando as políticas educacionais nos países majoritários, pois devido a crise estrutural do capitalismo nos anos 70, a educação passou a ser vista como uma importante fronteira econômica a ser explorada e uma oportunidade aos grandes capitalistas em formar uma nova geração de trabalhadores que pudessem se adequar às mudanças ocorridas na época, como por exemplo a reestruturação dos processos produtivos.

A autora Posar (2012) traz um pouco da trajetória histórica do Banco Mundial na educação a partir de década de 1970, época em que a política educacional do Banco tinha como principais objetivos: o mínimo de escolarização, currículo diversificado, barateamento dos custos, indução de habilidades técnicas, programas de eficiência e de avaliação institucional. A partir dos anos 80, a autora diz que se torna clara a predominância do Banco Mundial como organismo internacional de financiamento da educação na América Latina, revelando seu caráter privatizar ao reduzir o papel do Estado na educação e elaborando medidas voltadas para a institucionalização da iniciativa privada na educação.

Entretanto, os autores Mota Junior e Maués (2014) ressaltam que as reformas educacionais concebidas e executadas pelo governo no Brasil nos anos de 1990 tiveram grandes influências das orientações do Banco.

Segundo Altmann (2002), em 1995 o Banco apresentou o Pacote de Reformas Educativas, o qual tinha como objetivo apresentar propostas para melhorar o acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares em um único Pacote de Reformas propostos aos países em desenvolvimento. A autora descreve os elementos presentes no Pacote de Reformas Educativas propostas pelo Banco: a prioridade depositada sobre a educação básica¹; a melhoria da qualidade (e da eficácia) da educação como eixo da reforma educativa; o foco nos resultados e no rendimento escolar; bem como os fatores determinantes de um aprendizado efetivo são em ordem de prioridade: bibliotecas, tempo de instrução, tarefas de casa, livros didáticos, conhecimentos e experiência do professor, laboratórios, salário do professor, tamanho da classe. E ainda o Banco recomendava investir prioritariamente no aumento do tempo de instrução, na oferta de livros didáticos (deixando a distribuição ao setor privado) e no melhoramento do conhecimento dos professores.

¹ Cabe destacar que o termo “educação básica”, utilizado pelo BM, refere-se no Brasil ao ensino fundamental.

Bueno (2004) fala sobre as considerações que o Banco faz sobre as necessidades e possibilidades de promover melhorias institucionais na região latino-americana e caribenha, estudo este feito por pesquisadores associados ao Banco Mundial, sendo um ponto forte da proposta do organismo para a reorganização da estrutura governamental.

Sua ênfase recai sobre as instituições e sua importância para o sucesso do processo de reestruturação política, econômica e social.

As propostas do Banco para as reformas educacionais nos países² majoritários apresentavam certa ênfase para a educação básica, para a descentralização da gestão e para a centralização da avaliação dos sistemas escolares. No Brasil, a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), tinha como objetivo a remuneração digna do piso salarial do professor do ensino fundamental público, assim como o estímulo ao trabalho em sala de aula e a melhoria da qualidade do ensino. Essa legislação foi revogada em junho de 2007, através da Lei n.11.494 que criou o FUNDEB, a qual abrange a educação básica em seu todo.

Outra questão exemplificada pelos autores Mota Junior e Maués é a questão da descentralização e centralização, pois a descentralização da gestão em seus aspectos administrativos e financeiros significou a responsabilização crescente das instituições escolares pelo rendimento escolar dos alunos, sendo necessário seguir os parâmetros avaliativos definidos anteriormente e uma maior racionalização dos gastos, incluindo assim o incentivo financeiro da captação de recursos via parcerias público privadas (PPPs) e via projetos de voluntariado, como o *Amigos da Escola*. A questão da centralização se materializou por meio de implantação de sistemas de avaliação, vistos como uma forma de fixar padrões de desempenho e induzir aos resultados esperados pelas escolas e pelos alunos. Deste modo, no Brasil foram implantados o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1990, O Exame Nacional de Cursos (ENC) em 1995, o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e a Avaliação dos Cursos Superiores. Existem também alguns organismos de avaliação internacionais, como o Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade de Educação e o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA).

Uma perspectiva de descentralização pode ser identificada na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A nova LDB opera mudanças significativas em relação às leis anteriores. De acordo com Carlos J. Cury (1996), há uma mudança na concepção da lei, havendo uma flexibilização em termos de planejamento e uma centralização da avaliação. O controle não

² Países do terceiro mundo, em desenvolvimento, situados no hemisfério sul.

é mais exercido na base – através de um currículo mínimo, estabelecimento de carga horária específica, etc. –, mas na saída, mediante a avaliação. (ALTMANN, p.81, 2002)

Mota Junior e Maués (2014) citam dois relatórios publicados no ano de 1999 – *Educational change in Latin American and Caribbean e Education sector strategy*, onde o Banco reconhece a relevância das reformas educacionais para consolidar a democracia liberal e promover a estabilidade política, sendo que o organismo usava da lógica de que uma população educada deveria ter maior possibilidade de mostrar interesse e envolvimento na condução política do país, promovendo também o desenvolvimento social, a coesão da sociedade e oferecendo melhores oportunidades aos cidadãos.

No campo da educação, o Banco estabeleceu condicionalidades em termos das políticas sociais a serem adotadas pelos países que recorriam aos empréstimos do FMI e Banco, dando a este último o nome de maior centro mundial de informações sobre desenvolvimento.

Figueiredo (2009) menciona que na década de 1990, a intervenção do Banco Mundial na educação brasileira teve um total de financiamentos de cerca de US\$ 1 bilhão, com aprovação de seis projetos em treze estados brasileiros, os quais foram: na região Nordeste, com abrangência para todos os estados através do projeto “Educação Básica no Nordeste II” (Maranhão, Ceará, Pernambuco e Sergipe) e “Educação Básica no Nordeste III” (Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia), em Minas Gerais – “Projeto de Melhoria da Qualidade da Educação Básica em Minas Gerais”, São Paulo – “Projeto Inovações na Educação Básica em São Paulo”, Espírito Santo – “State of Espírito Santo Basic Education Project” e Paraná – “Projeto Qualidade no Ensino Público Do Paraná” (PQE).

Segundo Posar (2012), como já visto, o Banco Mundial é a principal fonte de assistência aos países majoritários sobre as políticas educacionais, oferecendo ideias que acabam por dar forma às políticas educacionais de diversos países. Mas a autora traz algumas críticas com relação a essa influência, como por exemplo, as políticas do Banco serem pautadas em um modelo econômico neoclássico, ou seja, investem em um capital humano para gerar aumento de renda. Além da questão da contrariedade, ou seja, de um lado discute-se sobre o processo de desenvolvimento humano e a garantia do acesso pleno a educação de boa qualidade e de outro lado pratica-se um círculo vicioso: a redução de custos na educação como meio de beneficiar o capital.

Por fim, Posar (2012) relata que nos anos de 1990, o enfoque do Banco Mundial com relação à política educacional passou a centralizar as necessidades básicas de aprendizagem

para todos, mas não abrindo mão da educação permanecer condicionada a lógica de mercado, onde o objetivo é produzir o conhecimento e o produto necessário para o desenvolvimento econômico, o produto humano.

Ainda sobre os anos 90, Oliveira (2016) afirma que o contexto das políticas da década de 1990 era articulado através de diversas questões, sendo assim, o Banco Mundial assumiu um papel político por meio da determinação da agenda política dos seus países membros, também delimitou princípios de sustentabilidade, justiça e igualdade social, por intermédio do combate à pobreza, promoção de equidade, dando foco para a saúde e a educação, busca de eficiência na condução de políticas públicas e pela modernização administrativa dos diferentes setores sociais e econômicos da sociedade civil na condução dos serviços sociais.

Nessa época, Oliveira (2016) afirma que o Banco Mundial passou a crer que a Educação Básica (ensino fundamental) poderia contribuir para a regulação da pobreza, pela redução do analfabetismo, das taxas de natalidade e, sendo assim, a importância de educar mulheres e meninas para inseri-las no mercado de trabalho. Devido a essas questões, o Banco deixou de direcionar investimentos em infraestrutura e crescimento econômico para impulsionar investimentos em setores sociais, tais como educação e saúde, e orientar a reforma das políticas sociais nos países em desenvolvimento, passando para o Estado a responsabilidade de investir nos serviços sociais básicos direcionados ao menos favorecidos.

Porém, Oliveira (2016) faz uma crítica ao dizer que, nessa fase, a reforma das políticas educacionais deixou de ser a busca por educação que atendia aos objetivos de progressos técnicos e industriais das décadas passadas, focalizando a política educacional no ensino fundamental, com o intuito de ampliar o acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho, trazendo à tona as políticas de cunho neoliberal, pois o planejamento, a implementação e a execução das políticas sociais deveriam atender ao processo de reestruturação capitalista.

Em 2011, o BM divulga o documento “Aprendizagem para todos: Estratégia 2020 para a educação” (*Learning for All: Education Strategy 2020*), apresentando uma “nova estratégia” para a garantia da aprendizagem de todos. Tal Documento é objeto de análise nos próximos capítulos.

2. DOCUMENTO APRENDIZAGEM PARA TODOS: ESTRATÉGIA 2020 PARA A EDUCAÇÃO

Neste capítulo faremos a apresentação do Documento “Aprendizagem para Todos: Estratégia 2020 para a educação” do Banco Mundial (*Learning for all: Education Strategy 2020*). Optamos aqui por apresentar a proposta do Documento sem realizar intervenções críticas para que o leitor possa conhecer a organização e as propostas contidas neste Documento.

O Documento “Aprendizagem para todos: Estratégia 2020 para a educação” (*Learning for All: Education Strategy 2020*), divulgado em 2011 e elaborado pelo Banco Mundial, propõe uma nova estratégia para garantir a aprendizagem para todos de modo que seja fornecido conhecimento de alta qualidade com base para o desenvolvimento econômico.

Segundo o Documento, houve a necessidade de se planejar novas estratégias devido a alguns fatores, dentre os quais o Documento destaca: as constantes transformações do mundo em que vivemos hoje; a evolução dos países de renda média, liderada pela China, Índia e Brasil, que acentuou o desejo de muitos outros países de aumentar sua concorrência mediante o desenvolvimento de força de trabalho capacitada. Outra justificativa exposta são os avanços tecnológicos, que conspiram para mudar os perfis e as qualificações profissionais, mas em contrapartida promovem possibilidades de aprendizagem acelerada. Também as taxas de desemprego elevadas, principalmente entre os jovens, demonstram a ineficiência dos sistemas de educação atuais.

A partir de tais justificativas, o Banco afirma que a expansão e a melhoria da educação são fundamentais para a adequação a essas mudanças e para o confronto desses desafios. Afirmam também que os investimentos em educação criam um crescimento econômico e um progresso rápido e sustentável.

O Documento “Aprendizagem para todos: Estratégia 2020” estabelece como grande objetivo para os próximos 10 anos a garantia para todas as crianças e jovens não somente o acesso à escola, mas também aos conhecimentos e habilidades necessárias para terem vidas saudáveis, produtivas e um emprego significativo. Para tanto, estabelece metas como aumentar o número de alunos matriculados no ensino fundamental, aumentar a demanda no ensino médio e superior e aumentar o número na escola de crianças e jovens desfavorecidos.

Para alcançar tais metas, a “nova estratégia” prevê três campos de ação envolvendo: um campo denominado de conhecimento (avaliação da aprendizagem, avaliação de impacto e implantação de sistema de avaliação com ferramentas para avaliação comparativa); outro de apoio técnico e financeiro (sistema de apoio técnico, abordagem multisetorial, financiamento por resultados) e; por fim, um campo denominado parcerias estratégicas (com agências da ONU, doadores da comunidade, setor privado e organizações da sociedade civil).

O Documento em questão está organizado em quatro capítulos, denominados: “Argumentos racionais” (*Rationale*), “A nova estratégia de educação do Grupo Banco Mundial” (*The World Bank Group’s New Education Strategy*), “Lições do trabalho anterior do Grupo Banco Mundial na educação” (*Lessons from Previous World Bank Group Work in Education*) e finalmente “Alavancas de implementação para a nova estratégia” (*Implementation Levers for the New Strategy*).

Primeiramente, antes dos capítulos acima citados, existe um Sumário Executivo, onde são abordados assuntos como, o porquê de uma nova estratégia para a educação. As justificativas para a nova estratégia, como já apontadas, referem-se ao fato de que o mundo está em constante mudança e novos desafios surgem a cada dia, além de ainda existirem muitas crianças fora da escola, isso demonstra que o desafio agora é melhorar a qualidade da educação e acelerar o aprendizado. Outro assunto abordado no Sumário Executivo é o objetivo central do Documento, denominado pelo Banco Mundial como “Aprendizagem para todos, Além da instrução” (*Objective: Learning For all, Beyond Schooling*).

Sobre esse objetivo central, o Documento traz que a aprendizagem é o foco da Estratégia 2020. Por uma simples razão, o crescimento, o desenvolvimento e a redução da pobreza dependem dos conhecimentos e das habilidades adquiridas durante as fases de ensino e que um diploma pode abrir portas para ótimos empregos e habilidades do trabalhador, bem como determina sua produtividade e suas habilidades para se adaptar às novas tecnologias e oportunidades. O Documento aponta também que o conhecimento e as habilidades contribuem para a saúde, educação familiar e engajamento com a sociedade civil.

³A nova Estratégia tem seu foco na aprendizagem por uma simples razão: crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem das habilidades e conhecimentos que as pessoas adquirem, e não no número de anos que passam sentados em uma sala de aula. (Learning for all: Education Strategy 2020, p.3)

Ainda no Sumário Executivo, o Documento diz que os níveis de aprendizagem dos países em desenvolvimento são preocupantemente baixos, especialmente nas classes desfavorecidas; que como diz o Documento, as habilidades e conhecimentos adquiridos são rudimentares nas áreas precárias. Para exemplificar o Sumário cita algumas pesquisas que mostram que uma parcela considerável de estudantes que se formaram no ensino fundamental não consegue ler uma única frase. Devido a esses fatos a aprendizagem precisa ser encorajada cedo e continuamente fora e dentro das escolas.

⁴Em alguns países, recentes estudos mostram que um quarto dos jovens que se formaram no ensino fundamental não consegue ler uma única frase. O Programa Internacional de Avaliações dos Estudantes também revela grandes lacunas de conhecimento entre a maioria dos países em desenvolvimento. (Learning for all: Education Strategy 2020, p.3)

Por fim, o Sumário fala sobre os três pilares de atuação da Estratégia 2020, que são: Investir Cedo; Investir Inteligentemente; Investir em todos.

O pilar denominado “Investir cedo” está relacionado com as habilidades adquiridas na infância, que tornam possível uma vida de aprendizagem, sendo assim o Documento levanta a questão da escolaridade tardia, que só se inicia na educação fundamental, por isso a necessidade de se investir na educação infantil.

Falando sobre “investir inteligentemente”, o Documento diz que os investimentos tem que contribuir para a educação, sendo assim, a qualidade tem que ser o foco dos investimentos na educação.

³ The new strategy focuses on learning for a simple reason: growth, development, and poverty reduction depend on the knowledge and skills that people acquire, not the number of years that they sit in a classroom. (Traduzido pela autora)

⁴ In some countries, recent studies show that a quarter to a half of youth who have graduated from primary school cannot read a single sentence. International student assessments also reveal wide knowledge gaps between most developing countries. (Traduzido pela autora)

E por último, “investir para todos” significa não somente investir nas classes mais privilegiadas, mas também nas classes mais pobres, dando a todos os indivíduos os conhecimentos e habilidades necessárias. A meta desse investimento é fornecer educação para todos, incluindo o sexo feminino, os deficientes e a minoria etnolinguística.

Esses investimentos, segundo o Documento, se referem ao setor público e ao setor privado, incluindo organizações religiosas sem fins lucrativos e com fins lucrativos, sendo em programas formais ou informais e também em beneficiários do sistema educacional, como professores, administradores, empregados, alunos e seus familiares. Esses investimentos têm como foco investir em regras, políticas, contabilidade e pesquisas em financiamentos e avaliações dentro da educação.

Voltando aos quatro capítulos, o primeiro deles, denominado “Argumentos racionais”, aborda o papel da educação no desenvolvimento dos países, pois, segundo o Documento, as pessoas são uma riqueza para as nações e a educação permite que os indivíduos tenham uma vida mais saudável, mais feliz e mais produtiva.

Segundo o capítulo “Argumentos racionais”, a Declaração dos Direitos Humanos e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança atestam o direito à educação para todas as crianças, visto que privar uma criança da oportunidade da aprendizagem irá limitar seu futuro e sua vida adulta. Perante esse desafio, o Documento traz que a Estratégia 2020 para a educação se comprometerá a eliminar quaisquer obstáculos que dificultem o acesso à educação de qualidade, mantendo o direito à educação previsto pelos órgãos citados acima.

⁵A Declaração dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) reconhecem o direito da criança à educação- um reconhecimento mundial de que privar uma criança da oportunidade de adquirir habilidades básicas equivale a privar essa criança da chance de ter uma vida satisfatória. Através das ações descritas nesta estratégia, o Grupo Banco Mundial de compromete a remover barreiras ao acesso a uma educação de qualidade para que o direito à educação possa ser mantido para todas as crianças e jovens. (Learning for all: Education Strategy 2020, p.12)

⁵ The Universal Declaration of Human Rights (1948) and the United Nations Convention on the Rights of the Child (1989) recognize a child’s right to an education—a worldwide acknowledgment that depriving a child of the opportunity to basic skills is tantamount to depriving that child of the chance to have a satisfying life.¹ Through the actions described in this strategy, the World Bank Group commits to removing barriers to access to quality education so that the right to education may be upheld for all children and youth. (Traduzido pela autora)

O capítulo fala que os benefícios do desenvolvimento da educação vão além da produtividade e crescimento do trabalho, mas também inclui melhor saúde, maior adaptação às novas tecnologias, superação com relação aos choques econômicos, mais participação cívica e mais preocupação com o meio ambiente. Pontuando alguns desses benefícios, o Documento cita: crianças mais saudáveis- pois a educação aumenta o conhecimento dos benefícios da vacinação e transmissão de algumas doenças contagiosas. Segundo o Documento, estima-se que menos crianças morreram na faixa etária até cinco anos, trazendo o número alarmante de menos 8,2 milhões de mortes entre o período de 1970 e 2009. Para o Banco, essa redução tão espantosa se deu devido a maior escolaridade das mulheres em fase reprodutiva. As famílias com mais educação lidam melhor com os choques econômicos- sendo que tendem a ter mais recursos e conhecimentos sobre como lidar com as instabilidades financeiras, como adaptar sua renda a cada fase financeira de seu país.

Um dos tópicos deste capítulo, intitulado “Desenvolvimentos Recentes”: Mais Escolaridade, faz uma comparação com as décadas passadas, dizendo que hoje mais jovens estão completando o ensino fundamental e dando continuidade ao ensino médio, devido à articulação de políticas eficazes e investimentos, o número de crianças em países em desenvolvimento que estão fora da escola diminuiu. De acordo com o Documento, Governos, Organizações da sociedade civil, comunidades e empresas privadas construíram novas escolas e salas de aula e convocaram novos professores, provocando assim um aumento significativo de matrículas, como por exemplo, em alguns países de baixa renda, as taxas de matrícula no ensino fundamental aumentaram 80% e as taxas de conclusão dessa mesma faixa de ensino aumentaram 60%.

O capítulo dois, intitulado como “A nova estratégia de educação do Grupo Banco Mundial”, aborda os objetivos da “nova estratégia”. Entre eles está: a redefinição do sistema educacional, para além da instrução formal e as prioridades da nova estratégia para a educação.

Conforme o Documento, a educação é um presságio sobre a economia de cada país, a qual possibilita que as pessoas modifiquem e melhorarem suas vidas. Mediante esse ponto, a nova estratégia tem como objetivo apoiar o desenvolvimento educacional com foco na aprendizagem de qualidade, pois a aprendizagem é a chance para o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza. Um diploma pode abrir inúmeras oportunidades de empregos melhores.

A parte do “Para todos” é de extrema importância na estratégia 2020 para a educação, pois os desafios de acesso à educação ainda existem para os residentes desfavorecidos, tornando a correção do acesso à educação um dos objetivos da estratégia 2020, pois, segundo o Documento, as lacunas deixadas pela falta de aprendizagem trazem consequências severas para a vida dos indivíduos.

Outro objetivo presente na estratégia é a adoção da concepção de que a aprendizagem ocorre através de toda a vida. O período entre o nascimento e a adolescência é um período crítico, pois a capacidade de aprender, que é desenvolvida durante este período, fornece uma base para a aprendizagem ao longo da vida.

Entretanto, o Documento aponta diversas descobertas-chaves que estão dificultando a execução dos objetivos da estratégia, como por exemplo, a má nutrição na infância, abusos e negligências que prejudicam o desenvolvimento físico e cognitivo da criança e, em longo prazo, trazem consequências para a capacidade de aprender da criança. Outra descoberta é que a aprendizagem não é apenas fruto da escolaridade, ou seja, aprender não é simplesmente um negócio das agências de educação, deve envolver o bem-estar social e a proteção social, e as agências de saúde na concepção e implementação de políticas com todos os setores que asseguram as crianças para que elas possam obter sucesso na escola.

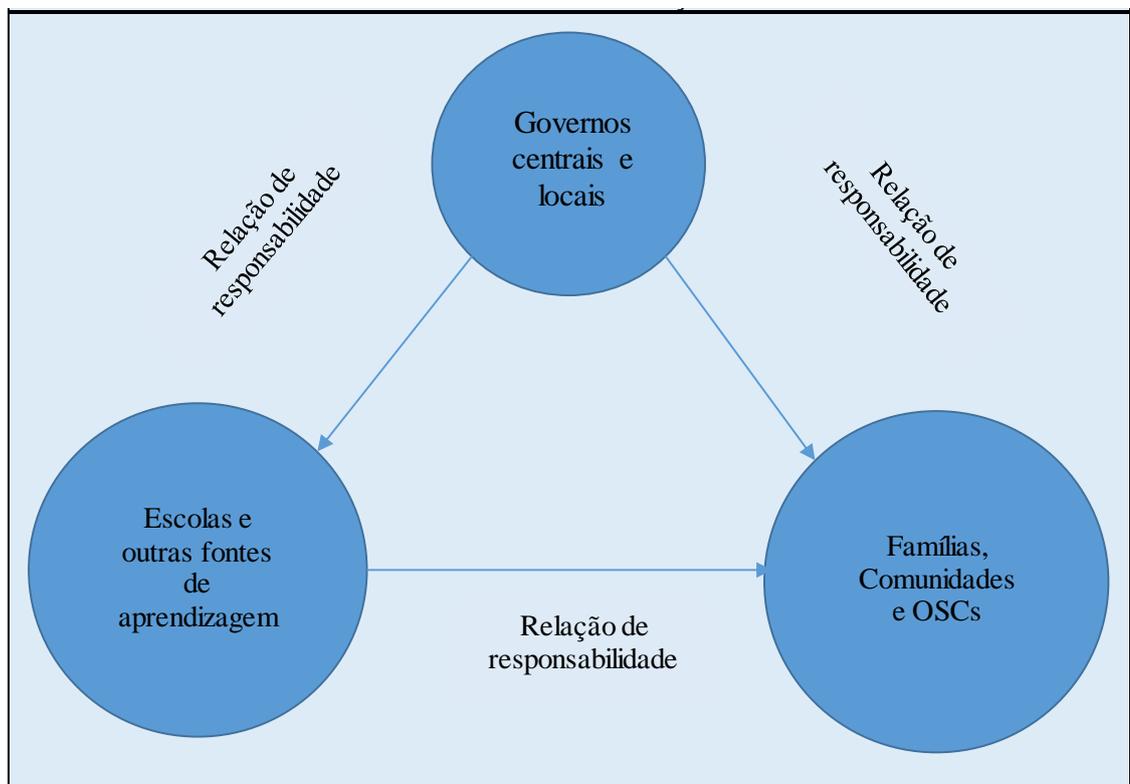
⁶A nova estratégia para a educação baseia-se na premissa de que as pessoas aprendem ao longo da vida. No entanto, o período entre o nascimento e a idade adulta é especialmente crítico, porque a capacidade de aprender que se é desenvolvido durante este período fornece uma base para a aprendizagem ao longo de toda a vida. À medida que as crianças e os jovens aprendem durante esses anos dependem das suas capacidades de adquirir os conhecimentos, das oportunidades de aprendizagem que lhes estão disponíveis e da qualidade dessas oportunidades. (Learning for all: Education Strategy 2020, p.25)

Ainda no capítulo dois, o Documento aborda a redefinição do sistema educacional, pois a nova estratégia pretende abranger todas as oportunidades de aprendizagem na

⁶ The new education strategy is built on the premise that people learn throughout life. However, the period between birth and young adulthood is especially critical because the ability to learn that is developed during this period provides a foundation for lifelong learning (see box 3). The extent to which children and young people learn during these years depends on their ability to learn, the learning opportunities available to them and the quality of those opportunities. Several key findings inform the new strategy. (Traduzido pela autora)

sociedade, seja dentro ou fora das instituições formais de ensino. Sendo assim, o sistema educacional deve ser constituído por todas as partes que participam na prestação, financiamento, regulação e uso do serviço de aprendizagem, incluindo governos nacionais e locais, estudantes e suas famílias, comunidades, prestadores privados e organizações não estatais.

Figura 2: Um Sistema de Educação como rede de relações de responsabilização.



(The World Bank Group, 2011-p.30-Traduzido pela autora)

O Sistema Educacional que a estratégia prevê, inclui diversas oportunidades formais e informais de aprendizagem para crianças, jovens e adultos, seja fornecida e/ ou financiadas por órgãos estatais ou não estatais, incluindo órgãos particulares, empresas privadas, organizações religiosas, organizações comunitárias, entre outros. O Documento expressa que um sistema de ensino deve englobar escolas de ensino fundamental e médio, instituições terciárias, institutos de formação e outros programas de ensino privado e não formais.

Sendo assim, o Documento aponta como prioridade a necessidade de fortalecer e reorganizar os sistemas educacionais, reforçando a capacidade do sistema de ensino para atingir as metas de aprendizagem.

No capítulo três “Lições do trabalho anterior do Grupo Banco Mundial na educação”, o documento apresenta um breve histórico da sua atuação na educação, estratégias passadas, financiamentos, performances, contribuições e prioridades. Vai apresentado um suposto progresso ocorrido no ano de 2000, onde o objetivo do Banco era a qualidade da educação para todos, com prioridades como educação básica para os mais pobres e para as meninas. No ano de 2005 houve uma atualização no Documento anterior do Banco Mundial para a educação lançando no ano 2000, onde o objetivo passou a ser educação para todos e educação para a economia do conhecimento e as prioridades passaram a ser educação integrada dentro da perspectiva nacional, adotar um setor amplo e tornar-se mais orientado para os resultados. Após tais experiências, o Banco chega assim na atual estratégia 2020, em que o objetivo do BM é educação para todos e as prioridades no âmbito dos países é fortalecer os sistemas educacionais para alcançar resultados e, no âmbito global, desenvolver uma base de conhecimento, o de alta qualidade global.

Figura 3: Foco das Estratégias de Educação do Grupo Banco Mundial.

	2000	2005 (update)	2020
Objetivo	Educação de qualidade para todos	educação para todos e educação para o conhecimento da economia	aprendizagem para todos
Prioridades ou temas	Educação básica (pobres, meninas); Intervenções precoces (desenvolvimento da primeira infância e saúde escolar); Entrega Inovadora; Reforma Sistêmica.	Integrar a educação numa perspectiva nacional; Adotar uma abordagem setorial ou holística; Tornar-se mais orientado pelos resultados.	Fortalecer os sistemas educacionais para alcançar resultados; A nível mundial, desenvolver uma base de conhecimentos de elevada qualidade sobre os sistemas educativos.

(The World Bank Group, 2011-p.45-Traduzido pela autora)

Por fim, no quarto e último capítulo “Alavancas para a implementação da nova estratégia”, a proposta é de que a atuação deve se dar considerando-se três campos centrais: conhecimento; apoio técnico e financeiro e parcerias estratégicas. Para alavancar a implementação da estratégia 2020, o Documento estabelece estratégias de atuação para cada um dos campos acima definidos.

⁷O grupo Banco Mundial contribui para o desenvolvimento de três formas principais: geração e intercambio de conhecimentos, em conjunto com o debate político; Apoio financeiro e técnico aos países parceiros; E estratégias de parcerias. Estas alavancas serão utilizadas para realizar as reformas educativas e as prioridades estratégicas da nova estratégia 2020. (Learning for all: Education Strategy 2020, p.60)

No campo do conhecimento (avaliação da aprendizagem, avaliação de impacto e implantação de sistema de avaliação com ferramentas para avaliação comparativa); outro de apoio técnico e financeiro (sistema de apoio técnico, abordagem multisetorial, financiamento por resultados) e; por fim, um campo denominado parcerias estratégicas (com agências da ONU, doadores da comunidade, setor privado e organizações da sociedade civil).

As avaliações do sistema e ferramentas de comparação em conjunto com os dados de informação para avaliar a capacidade de um sistema educacional que o Banco fornecerá, tem como objetivo criar conhecimentos sobre reformas e intervenções na educação, aonde as avaliações irão desde as competências básicas de leitura e aritmética até outras aptidões como pensamento crítico, solução de problemas e trabalho em equipe. As avaliações de impacto e outros trabalhos analíticos terão a função de informar políticas e intervenções em conjunto com o intercâmbio de conhecimentos e debate que facilitem a aprendizagem entre os países parceiros e organizações.

Com relação ao apoio técnico e financeiro, o Banco utilizará dos conhecimentos gerados pelas avaliações para orientar o apoio técnico e financeiro aos países parceiros, incluindo apoio técnico e também operacional para consolidação do sistema educacional, financiamentos orientados pelos resultados e uma abordagem multisetorial ao

⁷ The World Bank Group contributes to development in three principal ways: knowledge generation and Exchange, together with policy debate; financial and technical support to cliente countries; and partnerships. These levers will be used to achieve the educational reforms and strategic priorities of the new strategy. (Traduzido pela autora)

desenvolvimento educacional que forneça incentivos e ferramentas para alcançar a educação para todos.

Por fim, sobre a estratégia de parcerias, o Banco diz que o Grupo Banco Mundial, O Banco Mundial e o IFC irão trabalhar juntos para aumentar o conhecimento sobre o papel do setor privado na educação e ajudar os países a criar um ambiente de políticas e estruturas normativas que alinhem os esforços do setor privado a fim de melhorar os sistemas educacionais. A nova estratégia justifica as parcerias, alegando que a educação é muito grande e tem muitas especificidades para ser responsabilidade de apenas um organismo.

Figura 4: Prioridades Estratégicas do Grupo Banco Mundial para a Educação 2020.

Missão do Banco na educação	APRENDIZAGEM PARA TODOS		
Direções estratégicas para alcançar resultados	Fortalecer os sistemas educacionais.	Construir uma base de conhecimentos de alta qualidade	
Níveis de implementação	Conhecimento -Avaliações do sistema e ferramentas de comparação; -Avaliações de aprendizagem; -Avaliações de impacto e trabalho analítico.	Suporte técnico e financeiro -Fortalecer os sistemas de suporte técnico; -Financiamentos orientados por resultados; -Abordagem multisetorial.	Estratégia de parcerias -Agências da ONU, comunidade de doadores, setor privado, organizações da sociedade civil.

(The World Bank Group, 2011-p.60-traduzido pela autora)

Conforme a nova estratégia do Banco Mundial, a educação deve ser para todos e independente da situação de pobreza que se encontra o país, independente do gênero feminino ou masculino e independente da idade, o aprendizado deve se iniciar cada vez mais cedo, pois

é na infância que adquirimos habilidades para uma vida de aprendizado. Tendo em vista o período de aproximadamente dez anos para a implementação da Estratégia 2020, podemos perceber que será usado como recursos para implantação da nova estratégia, as parcerias e um grande apoio do setor privado. Sendo as prioridades da nova estratégia o fortalecimento dos sistemas educacionais e a ampliação do conhecimento de alta qualidade.

3. O DOCUMENTO 2020 E A INDUÇÃO AO SETOR PRIVADO

A partir da leitura do Documento, com o objetivo de analisar a indução ao avanço do setor privado, dividimos as propostas presentes na nova estratégia em três eixos: educação e desenvolvimento; apoio ao setor Privado; o Foco nas Avaliações.

Para cada eixo foi construído um quadro para orientar as análises através de citações de trechos do documento sobre as seguintes temáticas dentro de cada eixo. No primeiro eixo “Educação e Desenvolvimento” foram identificadas as temáticas: investir na qualidade, investir cedo, educação e mercado de trabalho, educação e melhoria econômica e custo-benefício. No segundo eixo “Apoio ao Setor Privado”, os seguintes temas foram analisados: nova configuração do sistema de ensino, avanços só setor privado, IFC como órgão central e a estratégia de parcerias. No último eixo “Avaliações”, organizamos as temáticas em Avaliações de aprendizagem, Avaliações de impacto e Avaliações do sistema educacional. Tais eixos e temáticas foram pensados e organizados a partir da leitura do Documento.

A partir da identificação de cada eixo e de suas temáticas e a exemplificação dos mesmos dentro dos quadros, como já dito acima, fizemos a análise teórica de cada eixo, usando autores focados na privatização do ensino, na lógica de mercado, na educação, nas políticas do Banco Mundial para orientar os países subdesenvolvidos na educação, na questão das parcerias público-privadas e sobre as avaliações.

3.1 Educação e Desenvolvimento

Na leitura do Documento “Aprendizagem para Todos: Estratégia 2020 para a Educação”, o primeiro eixo identificado para análise foi: “Educação e Desenvolvimento”. No interior deste eixo a temática “Investimento na qualidade” tem presença marcante. Segundo o Documento, investimentos na qualidade da educação encaminham o crescimento e o desenvolvimento dos indivíduos, sendo assim, a nova estratégia garante que todas as crianças e jovens, não somente os mais privilegiados possam frequentar escolas que oferecem uma aprendizagem de qualidade, tornando a qualidade educacional o centro dos investimentos do Banco Mundial na Educação.

Outra temática evidenciada dentro deste eixo foi a “Educação e Mercado de trabalho”. Segundo o Documento, os avanços tecnológicos estão alterando os perfis e as competências profissionais e os níveis elevados de desemprego principalmente entre os jovens, vêm mostrando a incapacidade dos indivíduos de se adaptarem a esses avanços tecnológicos e também a incapacidade dos sistemas educativos de preparar seus estudantes com as habilidades necessárias para esse novo mercado de trabalho. Sendo assim, o Documento prevê que melhorar a relevância da educação no mercado de trabalho deve ser um dos objetivos da estratégia 2020.

Há também a presença marcante do que aqui denominamos “Educação e Melhoria econômica”. O Documento aponta que o progresso econômico será impulsionado pela força de trabalho qualificado que irá gerar inovações. Sendo assim, a nova estratégia visa apoiar a garantia da qualidade e dos mecanismos de financiamentos eficientes e equitativos para a educação nos países em desenvolvimento.

Por fim, temos a temática “Investir Cedo”. Segundo a estratégia, investir cedo é importante, pois, as habilidades básicas adquiridas na infância tornam possível uma vida produtiva de aprendizagem.

Quadro 1- Educação e Desenvolvimento

Educação e Desenvolvimento	
Investir na qualidade	-“Investimentos na qualidade educacional conduzem rapidamente e com uma economia sustentável, o crescimento e o desenvolvimento dos indivíduos. Sendo assim, indivíduos com uma boa educação, são mais adeptos ao mercado de trabalho, com uma renda salarial maior, lidam com choques econômicos de uma melhor forma e criam uma família saudável. A partir desse investimento, o Documento do Banco Mundial “Educação para Todos” quer assegurar que todas as crianças e jovens- não somente os mais privilegiados- possam frequentar as escolas e adquirir conhecimentos e habilidades necessárias para terem uma vida saudável,

	<p>produtiva e garantir melhores empregos”.</p> <p>- “Na fase primária, o ensino de qualidade é essencial para dar aos estudantes a alfabetização e aritméticas básicas, das quais depende a aprendizagem no resto da vida.”</p> <p>-“A qualidade tem de ser o fulcro dos investimentos na educação, com os ganhos de aprendizagem como medida-chave da qualidade”.</p> <p>- “Para alcançar a aprendizagem para todos, o Grupo Banco Mundial canalizará os seus esforços para a educação em duas vias estratégicas: reformar os sistemas de educação no nível dos países e construir uma base de conhecimento de alta qualidade para reformas educacionais no nível global.”</p> <p>- “Numa perspectiva operacional, o Banco Mundial concentrará cada vez mais a sua ajuda financeira e técnica em reformas do sistema que promovam os resultados da aprendizagem. Para esse efeito, o Banco irá concentrar-se em ajudar os países parceiros a consolidar a capacidade nacional para reger e gerir sistemas educacionais, implementar padrões de qualidade e equidade, medir o sistema de desempenho com relação aos objetivos nacionais para a educação e apoiar a definição de políticas e inovação com base comprovada.”</p> <p>-“Uma detalhada análise de sistema e o investimento em conhecimentos e em dados permitirá ao Banco e aos decisores políticos “analisar no nível global e agir no</p>
--	---

	<p>nível local” – ou seja, avaliar a qualidade e a eficácia de muitos domínios da política, mas concentrarem a ação em áreas onde os melhoramentos podem trazer uma maior recompensa em termos de resultados de escolaridade e aprendizagem.”</p>
<p>Educação e Mercado de trabalho</p>	<p>-“Estamos vivendo um período de mudanças extraordinárias. A impressionante ascensão dos países de renda média, liderada pela China, Índia e Brasil, intensificou o desejo de muitas nações de aumentar sua competitividade através da construção de mão-de-obra mais qualificada. Os avanços tecnológicos estão alterando os perfis e as competências profissionais, oferecendo simultaneamente possibilidades de aprendizagem acelerada. Os níveis elevados de desemprego especialmente entre os jovens, tem sublinhado a incapacidade dos sistemas educativos de preparar os jovens com as habilidades necessárias para o mercado de trabalho.”</p> <p>-“Outro conjunto de mudanças é o polo tecnológico: os avanços incríveis nas tecnologias da informação, das comunicações e outras tecnologias estão mudando os perfis de trabalho e as habilidades exigidas pelos mercados de trabalho.”</p> <p>-“Ao nível micro, a educação produz benefícios em países que passam por rápidas mutações tecnológicas e econômicas, porque pode dar aos trabalhadores a capacidade de continuar adquirindo competências ao longo da vida, bem como a capacidade de adaptação as novas tecnologias.”</p> <p>-“Os resultados da aprendizagem têm sido medidos em</p>

	<p>termos de leitura e matemática, mas os conhecimentos e competências que ajudam as pessoas a viver vidas saudáveis, produtivas e satisfatórias são muito mais amplos. Em outras palavras, a educação não é apenas sobre leitura, escrita e aritmética. Assim, o trabalho social, a comunicação, o trabalho em equipe, pensamento crítico e habilidades para resolver problemas são inestimáveis para que as pessoas possam ter um lar confortável, viver bem em suas comunidades e no trabalho. As competências técnicas ou profissionais específicas relacionadas com uma profissão são também importantes para o sucesso no mercado de trabalho.”</p> <p>- “Melhorar a relevância da educação no mercado de trabalho é um dos objetivos da nova estratégia. Muitos jovens nos países em desenvolvimento estão deixando as escolas e ingressando no mercado de trabalho sem o conhecimento, as habilidades e as competências necessárias para o emprego em uma economia moderna e competitiva.”</p> <p>- “A abordagem sobre a reforma do sistema educacional reconhece os empregadores como partes interessadas na educação e considera a formação de habilidades não-formais como parte de uma gama de oportunidades de aprendizagem para aquisição de conhecimentos e habilidades.”</p>
<p>Educação e Melhoria Econômica</p>	<p>- “O grupo Banco Mundial vem apoiando o desenvolvimento educacional há quase cinquenta anos. Em setembro de 1962, Eugene Black, presidente do Banco Mundial, justificou o apoio a educação com as seguintes palavras: “Nada é mais vital para o progresso econômico dos países subdesenvolvidos do que o</p>

	<p>desenvolvimento de recursos humanos através da educação generalizada.”</p> <p>- “Uma das prioridades do Banco nessa nova estratégia: Apoiar a garantia da qualidade e mecanismos de financiamento eficientes e equitativos para a educação, fornecendo assim força de trabalho qualificada gerando inovações que impulsionem o progresso econômico.”</p>
Investir cedo	<p>-“O documento traz que a aprendizagem deve ser encorajada cedo e de forma contínua, pois, pesquisas dizem que o cérebro se desenvolve adequadamente muito antes da escolaridade formal que começa aos seis ou sete anos. Sendo assim, um dos pilares do Documento é exatamente investir cedo, pois habilidades adquiridas na fase da educação infantil, tornam esses estudantes capazes de ter uma vida de aprendizagens.”</p> <p>-“Investimentos em saúde, pré-natal e programas de desenvolvimento infantil que incluem educação e saúde são essenciais.”</p> <p>- “Os anos pertencentes à educação infantil são essenciais para fornecer aos estudantes o letramento e a matemática que a aprendizagem dependerá a vida toda.”</p> <p>- “Investir cedo é importante, pois as competências básicas adquiridas no início da infância tornam possível uma vida produtiva de aprendizagem, entretanto a visão tradicional da educação de que a educação tem que ser iniciada no ensino fundamental, está assumindo o desafio da aprendizagem desavisadamente tarde.”</p>

Fonte: a autora com base no Documento 2020.

Podemos perceber que a nova estratégia tem a educação como um investimento, pois segundo o Documento, a educação irá produzir um desenvolvimento econômico mais rápido e mais sustentável, visando o objetivo de que os investimentos em educação possibilitarão os indivíduos de conseguirem empregos melhores com salários mais altos.

O Documento “Aprendizagem para Todos: Estratégia 2020 para a Educação” divulga como principal meta alcançar a educação para todos (Learning for All), na qual significa assegurar que todas as crianças e jovens, não somente os mais privilegiados, possam ir para a escola, assim como adquirir conhecimentos e habilidades necessárias para levar uma vida saudável e produtiva, garantindo empregos significativos. A partir desses pontos, a estratégia 2020, tem três pilares como plano de execução, que são: Investir cedo, Investir inteligentemente e Investir para todos.

Em relação ao primeiro pilar “Investir cedo”, o Documento aponta que habilidades fundamentais adquiridas cedo na infância tornam possível uma vida de aprendizagem. Conforme o Documento, a visão tradicional da educação assume esse desafio de aquisição das habilidades demasiadamente tarde.

Quanto ao segundo pilar “Investir inteligentemente”, o Documento aponta para a necessidade de que os investimentos devem ser realizados em áreas que realmente contribuam para a aprendizagem, visando principalmente a qualidade. O critério de qualidade precisa ser o foco dos investimentos em educação e, conseqüentemente, o foco também nos resultados, que devem ser avaliados por serem o produto final dos investimentos.

O terceiro pilar “Investir para todos” aponta para a necessária garantia de aprendizagem para todos os estudantes não somente para os mais privilegiados, que eles possam adquirir os conhecimentos e habilidades necessárias. Esse pilar requer a redução de obstáculos que impedem determinados grupos de terem acesso aos estudos, como por exemplo, meninas, pessoas com deficiência e minorias etnolinguísticas, entre outros grupos populacionais.

O Documento fala sobre investir em qualidade da educação nos países subdesenvolvidos. Segundo a nova estratégia, investimentos na qualidade da educação conduzem mais rapidamente e sustentabilidade econômica ao crescimento e desenvolvimento, uma vez que indivíduos que recebem uma educação de qualidade são mais empregáveis,

podem vir a ganhar salários mais altos, lidam melhor com os choques econômicos e criam filhos saudáveis.

Melhorar a qualidade do ensino, de acordo com o Documento, é um grande desafio que merece muita atenção. Pesquisas trazidas pelo Documento “Estratégia 2020 para a educação” mostram que os níveis de aprendizagem em países subdesenvolvidos são espantosamente baixos, principalmente entre as populações desfavorecidas, que apesar de frequentarem escolas, recebem uma aprendizagem rudimentar e de baixa qualidade.

Sobre a importância de o ensino ser de alta qualidade a estratégia exemplifica que na fase primária, a qualidade é essencial para dar aos estudantes a alfabetização necessária para que os estudantes obtenham sucesso em toda a trajetória escolar. Por isso, o Documento frisa que a qualidade do ensino deva ser a essência dos investimentos educacionais.

Sobre a qualidade do ensino, o autor Gadotti (2013) aponta alguns elementos importantes. Segundo o autor, a qualidade social da educação é vista como um novo conceito de qualidade, onde se acentua o aspecto social, cultural e ambiental da educação, na verdade, o autor afirma que esse novo conceito de qualidade em educação continua tão atual quanto era no século XIX, o que mudou foi o cenário e os atores, onde reproduzir um modelo de ensino de sucesso como, por exemplo, o modelo americano não é mais o suficiente. Assim, Gadotti (2013) destaca o significado da qualidade educacional nesse contexto, a qual consiste em melhorar a vida das pessoas, incluindo os menos favorecidos, pois na educação a qualidade está ligada ao bem-estar de toda a comunidade, começando com a comunidade escolar, sendo impossível separar a qualidade da educação da qualidade social como um todo. É necessário, segundo o autor, melhorar diversos aspectos na sociedade para se chegar a uma educação de qualidade, por isso ressalva que não há qualidade na educação sem a participação da sociedade na escola e uma melhoria das políticas educacionais.

Gadotti (2013) disserta que existem questões macroestruturais, ou seja, de origem social, que interferem na qualidade da educação, como, por exemplo, a concentração de renda, a desigualdade social, a garantia do direito à educação, à organização e à gestão do trabalho educativo, dinâmica de currículo e formação de professores. Exemplificando essas questões, o autor fala que é impossível a definição de um único padrão de qualidade, pois cada região, cada comunidade pertence a diferentes realidades, com diferentes problemas sociais.

O autor traz o exemplo das escolas públicas atuais e as de décadas passadas. Há algum tempo, poucos eram os estudantes que frequentavam escolas públicas, normalmente eram homens de classes privilegiadas. Pela procura ser menor, a escola conseguia atender sua demanda de forma satisfatória, porém, atualmente, a escola pública se depara com uma enorme procura por parte dos estudantes que buscam conhecimento e melhoria de vida, incluindo classes sociais desfavorecidas economicamente. Dessa forma, tornou-se necessária a adequação dos sistemas de ensino para essa nova realidade social, com investimentos em transporte, alimentação, vestuário, cultura, esporte e lazer, sendo a educação um conjunto de fatores que não se limita apenas ao horário de aula.

Davok (2007) expõem o significado de uma educação de qualidade, dizendo que, uma escola de qualidade pode ser considerada de diversas formas: pode significar aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos planos curriculares, aquela que possibilita a aquisição de uma determinada cultura, aquela que desenvolve a máxima capacidade técnica para servir ao sistema produtivo, como também aquela que fortalece o compromisso para transformar a realidade social.

Entretanto, Davok aponta que a expressão “qualidade da educação” tem sido empregada pelas políticas educacionais como formas de avaliação, tendo em vista a eficiência, a eficácia e a efetividade e relevância do setor educacional, sendo assim, o autor diz que quando um objeto educacional tem qualidade, esta qualidade se refere ao seu valor e mérito, ou seja, um sistema educacional exhibe valor quando seus recursos estão sendo bem aplicados para atender as necessidades de seu público.

Tendo essa visão das políticas educacionais sobre a qualidade, Gadotti (2013) diz que a qualidade da educação como um conceito político é um processo que necessita de atenção e ações como investimentos financeiros a longo prazo, participação social, reconhecimento das diversidades e desigualdades culturais, sociais e políticas presentes em diferentes comunidades e suas realidades, assim o autor alega que a qualidade educacional é o resultado das condições que as políticas e as comunidades oferecem.

Podemos perceber, segundo a visão de Gadotti (2013) e de Davok (2007), que o conceito de qualidade da educação é polissêmico, ou seja, do ponto de vista social a educação tem qualidade quando colabora com a equidade, ajudando a igualar os estudantes. Do ponto de vista econômico, a qualidade está ligada com o uso bem empregado dos recursos

destinados à educação, sendo assim, para se chegar aos resultados concentrados sobre a qualidade da educação, um grande número de indicadores deve ser levando em conta.

Apesar das críticas feitas pelos autores acima, a estratégia 2020 é uma forma de alcançar a educação para todos, sendo um dos objetivos centrais da nova estratégia, a ajuda por parte do Banco aos países parceiros, a fim de aumentar a qualidade do ensino e consolidar a capacidade nacional de reger e gerir sistemas educacionais de qualidade, implementando padrões de qualidade e equidade, medir o sistema de desempenho com relação aos objetivos nacionais para a educação e apoiar a definição de políticas e inovação com base comprovada.

Implementando essas ações citadas acima, o Banco pretende avaliar a qualidade e a eficácia de muitos domínios da política, concentrando suas ações em áreas onde as melhorias podem trazer uma maior recompensa e resultados de aprendizagem e escolaridade. Sendo assim, o Banco diz que a nova Estratégia ajudará a desenvolver uma base de conhecimento de elevada qualidade sobre a reforma do sistema educacional.

Outra temática presente no Documento, dentro do eixo “Educação e Desenvolvimento” é o recorte sobre “Educação e o Mercado de trabalho”. Segundo o Documento, houve nos últimos tempos mudanças significativas no mercado de trabalho nos países desenvolvidos devido aos avanços tecnológicos que alteraram o perfil do trabalhador e por consequência da ascensão dos países de renda média, liderados pela China, Índia e Brasil. Nesse mesmo período, muitos outros países mudaram sua perspectiva em relação à necessidade se construir uma mão-de-obra qualificada.

Em contrapartida, a nova estratégia demonstra em suas pesquisas que existem ainda níveis muito elevados de desemprego, especialmente entre os jovens. Este fato, segundo o Documento, aponta a incapacidade dos sistemas educativos dos países em desenvolvimento de preparar os jovens com as capacidades necessárias para enfrentar o moderno mercado de trabalho. O Documento diz que a educação gera benefícios em países que passam por rápidas mudanças econômicas e políticas, porque pode proporcionar para os trabalhadores a capacidade de continuar adquirindo competências durante a vida toda, além de gerar também a capacidade de adaptação para conviver com as frequentes mudanças econômicas e políticas, além da capacidade de conviver com as mudanças tecnológicas da era moderna.

Devido à importância, por parte do Documento, dada para a educação frente ao mercado de trabalho, revela-se na nova estratégia a importância da aprendizagem ser mais que

somente leitura, escrita e aritmética, segundo o Banco Mundial os estudantes devem também obter sucesso no mercado de trabalho, através de aprendizagem de trabalho social, comunicação, trabalho em equipe, pensamento crítico e habilidades para resolver problemas.

Por fim, o Documento faz ligações entre educação e mercado de trabalho, ou seja, busca adotar a concepção de que quanto melhor a qualidade da educação, melhor o desempenho dos indivíduos no trabalho. Muitos jovens nos países subdesenvolvidos estão deixando as escolas e ingressando no mercado de trabalho sem conhecimento prévio, sem habilidades e sem as competências necessárias para obter um bom emprego em uma economia moderna e competitiva.

Trazendo uma crítica à visão de trabalho do Banco Mundial, Frigotto et al. (2012) defendem que a definição de mercado de trabalho vai muito além de uma concepção que se baseia apenas de oportunidades de bons empregos dadas pelo Banco. Para os autores, o mercado de trabalho é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, aprimora seus conhecimentos e se desenvolve, ou seja, o trabalho é a base de um novo tipo de ser humano.

Falando sobre educação profissional e tecnológica, Frigotto (2007) aponta que, por trás de cada conceito de conteúdo e financiamento da educação profissional e tecnológica, abrigam-se diversas colisões históricas envolvendo política e ideologia, e mostrando a forte relação de poder presente na educação. Usando o exemplo brasileiro, o autor revela que um dos erros mais recorrentes nas análises da educação é o de tratá-la como uma instituição isolada e não como constituída e constituinte de um projeto dentro de uma sociedade dividida em classes desiguais e com conflitos econômicos e políticos entre as mesmas.

Sendo assim, Frigotto et al (2012) diz que é necessário mudar a ideologia de que a escola por si só é responsável pela correção dos defeitos da sociedade ou a garantia de trabalhos melhores e a ascensão social. Os autores ressaltam ainda, que isso não quer dizer que a educação e a escolaridade não sejam importantes para todos os âmbitos da vida de cada indivíduo, incluindo âmbito do trabalho, o erro consiste na ideia de que os menos favorecidos se encontram em tal condição, porque não possuem acesso a uma boa escolaridade e conseqüentemente não conseguiram sucesso em suas carreiras profissionais, ignorando completamente outros fatores como as relações sociais geradoras do desemprego estrutural, os subempregos, as atividades de trabalho precárias e a desregulamentação das relações de trabalho.

Devido a essas críticas, Frigotto et al (2012) trazem a questão do processo educativo emancipatório, onde se permitira aos jovens compreenderem a leitura crítica das condições e relações de produção desde a sua existência, isto é, os países subdesenvolvidos passam por condições precárias de trabalho há muito tempo. O Brasil é um exemplo de um país no qual prevalece a concepção de que o problema do desemprego tem relação com a ausência da força de vontade da população, esta visão generalizada tem relação também com o fato de que é um país onde o trabalho escravo formal aconteceu por um longo período de tempo. A ideia de que o problema do desemprego nos países subdesenvolvidos está relacionado com a cultura local, de que o problema depende de cada individuo está naturalizado na sociedade, mascarando que o foco do problema está na estrutura social em que vivemos e na forte presença das relações de poder existente nas políticas sociais dos países em desenvolvimento.

Para entender a natureza da nossa dívida com a educação básica e a educação profissional e tecnológica, nas suas dimensões quantitativa e qualitativa e na sua relação, é preciso se dispor a entender o tipo de estrutura social que foi conformando a partir de um país colônia e escravocrata durante séculos e a hegemonia na década de 1990, sob os auspícios da doutrina neoliberal, de um projeto de um capitalismo associado e dependente. (FRIGOTTO, 2007, p.1131)

Podemos identificar também a temática “Educação e Melhoria econômica”, o Documento expõe uma fala do presidente do Banco Mundial na década de 60, Eugene Black, onde ele justifica o apoio à educação, dizendo que nada é mais importante para o progresso econômico de um país em desenvolvimento do que o desenvolvimento de recursos humanos através da educação generalizada. Sendo assim, a nova estratégia diz que uma de suas prioridades é apoiar a garantia da qualidade, como já apontado, além de apoiar os mecanismos de financiamento eficientes e equitativos para a educação, fornecendo assim força de trabalho qualificada e gerando inovações que impulsionam o progresso econômico.

Uma preocupação presente na nova estratégia é investir cedo, não só uma preocupação, como um dos pilares, como já citado. O Documento justifica a necessidade de investir cedo, pois o período de idade de uma criança até cinco anos é particularmente importante para a aprendizagem, porque durante a infância, a criança desenvolve gradualmente visão, audição, linguagem receptiva e discurso. Conforme estudos citados, no período de 1 a 5 anos, o cérebro se desenvolve muito rapidamente, sendo que nessa fase a

criança desenvolve funções executivas, tais como memória e autocontrole, altas funções cognitivas, como resolver um quebra-cabeça, habilidades motoras finas como pegar objetos e escrever; habilidades motoras, como andar e correr. Vistos esses pontos, as crianças precisam de estimulação e ambiente responsivo para desenvolver essas habilidades, privação inflige a longo termo danos para a criança. Conforme o Documento, um ambiente de suporte começa com uma boa nutrição maternal, uma boa saúde durante a gravidez e uma continuidade devida de nutrição, desenvolvimento cognitivo, estimulação psicológica durante a infância. A disponibilidade de um sistema integrado de educação parental, nutrição e cuidados de saúde, em suma, um desenvolvimento da primeira infância eficaz (ECD) pode, assim, ter benefícios substanciais para as crianças. Neste sentido, o indicativo é de uma articulação setorial para a educação na primeira infância.

Podemos perceber no quadro “Educação como Investimento” que fica evidente a prioridade de se investir desde cedo na educação das crianças está intimamente ligada à percepção de educação como investimento para o desenvolvimento futuro, como já defendia Schultz nos anos 70.

Sempre que a instrução elevar as futuras rendas dos estudantes, teremos um investimento. É um investimento no capital humano, sob a forma de habilidades adquiridas na escola. Existem numerosos investimentos no capital humano e as cifras tornam-se elevadas. (SCHULTZ, 1973, p. 25)

Para este autor, a educação é entendida como um investimento para melhorar o desenvolvimento econômico. Para Schultz, as escolas podem ser consideradas empresas especializadas em produzir instrução, e o sistema educacional - que agrega todas as escolas, pode ser visto como uma indústria. Seguindo uma concepção de que o ensino eleva rendas futuras dos estudantes, o autor considera o ensino escolar como um investimento para o futuro. É esta a concepção que parece fundamental as estratégias do Documento.

Santos (2002), em uma perspectiva crítica, define a “Teoria do Capital Humano” como sendo a atividade educacional vista como um componente da produção que deve merecer atenção especial dos planejadores de políticas educacionais, trazendo uma rigorosa análise das taxas de retorno e investigação da produtividade alcançada com os investimentos. Santos (2002) faz uma análise entre a Teoria do Capital Humano e a atual Teoria do Capital

Intelectual. Para esta autora, nesta última perspectiva, o capital assume para si a função de dirigente de projetos educacionais formais e não formais materializados em programas de educação corporativa e adoção de escolas. Para a autora, há atualmente um deslocamento do papel do Estado para o empresariado na direção de projetos educacionais.

3.2 Apoio ao Setor Privado

Outro eixo evidente no Documento é o “Apoio ao Setor Privado”. Nesse eixo pudemos identificar a presença de três temáticas: “IFC e o Setor Privado”, “Nova configuração do Sistema de Ensino” e “Parcerias”.

Sobre o IFC e o Setor Privado, podemos perceber a forte aliança entre o Banco Mundial e o IFC, na qual a principal intenção se faz no sentido de melhorar o conhecimento sobre o trabalho do setor privado na educação e ajudar os países em desenvolvimento a criarem políticas que possam auxiliar o setor privado juntamente com uma estrutura reguladora que alinhe o setor privado com as metas educacionais de cada país.

Sobre a Nova configuração dos sistemas de ensino, o Documento diz que pretende englobar no termo “Sistema de Ensino” toda a gama de oportunidades de aprendizagem disponíveis em um país, sendo fornecidas ou financiadas pelo setor público ou privado, incluindo no sistema de atores envolvidos com a educação, como por exemplo, professores, administradores e estudantes. A nova estratégia pretende incluir as regras políticas e mecanismos de responsabilização que unem um sistema de ensino, bem como recursos e mecanismos de financiamento que sustentam um sistema educacional.

Por fim, a temática “Parcerias” representam a estratégia de implementação do Banco de utilizar parcerias com as agências da ONU, o setor privado e organizações da sociedade civil. As parcerias são justificadas, pois, segundo o Documento, o desafio global de melhorar a qualidade da educação é imenso, requer colaborações e alinhamento de interesses entre muitos atores.

Quadro 2 – Apoio ao Setor Privado

Apoio ao Setor Privado	
IFC e o Setor Privado	<p>-“O Grupo Banco Mundial, Banco Mundial e o IFC irão trabalhar juntos com o intuito de melhorar o conhecimento sobre o trabalho do setor privado na educação e ajudar os países subdesenvolvidos a criar políticas propícias e uma estrutura reguladora que alinhe o setor privado com as metas educacionais de cada país.”</p> <p>-“O Documento ressalta que o setor privado tinha como foco no seu atendimento estudantes pagantes, mas que hoje muitas instituições privadas estão fornecendo educação até para os países mais necessitados. Assim como o Documento diz que o Setor privado colabora com os governos e suas políticas de diferentes formas, como por exemplo, governos subsidiados ou organizações contratuais não estatais que estão fornecendo a educação ou serviços específicos em instituições educacionais e também financiando muitos custos. Sendo assim, o Banco Mundial está criando departamentos de saúde e educação dentro do IFC.”</p> <p>-“Segundo o Documento, o IFC tem facilitado os investimentos do setor privado na educação desde 2001, frisando que reorganizar o envolvimento do setor privado com a educação não significa abdicar das responsabilidades governamentais. O principal foco da estratégia educacional do IFC é financiar os fornecedores que tem habilidades para investir através das fronteiras e ir dentro do mercado para alcançar a população mais pobre, dando a oportunidade de pequenas e médias empresas financiarem a educação.”</p>

	<p>-“O Banco Mundial inovou financeiramente através de um maior financiamento, utilizando novos instrumentos baseados no desempenho e outras abordagens. E reconheceu o crescente papel do setor privado na educação, criando departamentos de saúde e educação dentro do IFC”.</p> <p>-“Para ajudar a apoiar a capacidade do setor privado de oferecer educação de qualidade, em 2001 o IFC criou um departamento focado no financiamento de provedores da educação privada e em 2004 transformou o setor educacional em um dos seus pilares estratégicos”.</p> <p>-“Os financiamentos para a educação através do IFC, deverão crescer nos próximos cinco anos, uma vez que a educação é um dos pilares estratégicos do IFC. A distribuição dos seus investimentos é notavelmente superior a do Banco Mundial. Durante o período de 1988 a 2010, cerca de metade dos investimentos do IFC foram no ensino superior, 37% na educação infantil e ensino fundamental e 11% no ensino profissionalizante e técnico. Cerca de 38% desses investimentos foram feitos na região da América Latina, 28% na África Subsaariana e 14% na África Central e do Nordeste”.</p> <p>-“O principal foco do IFC é: Financiar possíveis empresas privadas que tem a capacidade de investir alcançando as populações mais necessitadas; fornecer financiamentos para a educação às pequenas e médias empresas, que normalmente visam investimentos em populações mais pobres e aos estudantes através de parcerias com outros bancos; além de oferecer serviços</p>
--	---

	de consultoria às empresas para apoiar a qualidade da educação e para os bancos parceiros para garantir os empréstimos para o setor educacional.”
Nova configuração dos Sistemas de Ensino	<p>-“A nova estratégia de dez anos do Banco Mundial procura atingir o objetivo de maior aprendizagem para os indivíduos desde a pré-escola até o mercado de trabalho, reformando os sistemas educacionais e construindo uma base de conhecimento global poderosa suficiente para orientar a reforma do sistema de ensino.”</p> <p>-“A nova estratégia do Banco redefine o termo “Sistema Educacional” para abranger todas as oportunidades de aprendizagem em uma determinada sociedade, dentro ou fora das instituições de ensino formal. Nessa definição, um sistema educacional é formado por todas as partes que participam na provisão, financiamento, regulação e uso de serviços de aprendizado. Assim, além dos serviços nacionais e locais, os participantes incluem estudantes e suas famílias, comunidades, provedores privados e organizações não-estatais.”</p> <p>-“O termo “Sistema Educacional” geralmente se refere às escolas públicas, universidade e programas de treinamento que fornecem serviços educacionais. Nesta nova estratégia do Banco Mundial, o sistema educacional irá incluir toda a gama de oportunidades de aprendizagem disponíveis em um país, sejam elas fornecidas ou financiadas pelo setor público ou privado (incluindo organizações religiosas, sem fins lucrativos). Incluindo também os beneficiários e interessados no sistema educacional, como: professores, formadores, administradores, funcionários, estudantes e seus familiares e empregadores. Incluindo regras, políticas e</p>

	<p>mecanismos de responsabilização que unem um sistema educacional, bem como, recursos e mecanismos de financiamento que sustentam o sistema educacional.”</p> <p>-“A abordagem do sistema educativo da nova estratégia centra-se no aumento da prestação de contas e dos resultados como um complemento para o fornecimento de insumos, fortalecer os sistemas educacionais significa alinhar sua governança, gestão de escolas e professores, regras de financiamentos e mecanismos de incentivo com o objetivo da aprendizagem para todos”.</p> <p>-“Para reformar os sistemas educacionais, será necessário reformar a prestação de contas entre os vários atores e participantes de um sistema educacional para que essas relações sejam claras e consistentes com as funções, medidas, monitoradas e apoiadas”.</p> <p>-“Operacionalmente, o Banco concentrará cada vez mais sua ajuda financeira e técnica em reformas dos sistemas educacionais que promovam resultados de aprendizagem. Para isso, o Banco se concentrará em ajudar os países parceiros a construir a capacidade nacional de governar e gerenciar sistemas educacionais, implementar padrões de qualidade e equidade, medir desempenho dos sistemas em relação aos objetivos nacionais de educação e apoiar a formulação de políticas e inovações baseadas em evidências.”</p>
--	---

Parcerias	<p>-“O Banco implementará esta nova estratégia através de parcerias estratégicas tanto a nível internacional como nacional, para melhorar os sistemas educativos”.</p> <p>-“A nova estratégia irá utilizar as estratégias de parcerias entre agências da ONU, setor privado e organizações da sociedade civil como forma de ajudar na implementação da estratégia 2020”.</p> <p>-“O desafio global de melhorar a qualidade da educação é imenso, requer colaborações e alinhamento de interesses entre muitos atores. Além de trabalhar com os governos dos países em desenvolvimento, o Banco faz parcerias com agências multilaterais e bilaterais sobre produtos de conhecimento, operações de investimentos e iniciativas programáticas”.</p> <p>-“A colaboração com uma série de parceiros de desenvolvimento como a ONU, UNESCO e UNICEF, promove o compromisso global de alcançar a educação para todos. Estas parcerias continuarão a ser cruciais para catalisar a ação coletiva global estabelecida como uma prioridade no Documento estratégia 2020 do Banco Mundial”.</p>
-----------	---

Fonte: A autora com base no Documento 2020.

Como mostram as temáticas presentes no Eixo “Apoio ao Setor Privado”, o Documento “Aprendizagem Para Todos, Estratégia 2020 para a Educação” do Grupo Banco Mundial (*Learning for All, Education Strategy 2020, World Bank*), prevê uma grande participação do setor privado na educação.

Como forma de alcançar as metas da Estratégia 2020, o Banco Mundial irá se unir ao Grupo Banco Mundial (AID, MIGA, ICSD) e ao IFC, formando uma aliança de trabalho, onde juntos os organismos irão trabalhar para melhorar o conhecimento sobre as regras do

setor privado na educação e ajudar os diferentes países a criar um ambiente de políticas e uma estrutura reguladora que alinhe os esforços do setor privado com as metas da educação nacional. Neste sentido a alteração no marco regulatório do setor privado educacional deve ser realizada nos mais diversos países.

O foco da atuação do IFC nessa aliança deve ser o financiamento dos provedores que são passíveis de grandes investimentos; o financiamento para pequenas e médias empresas; o financiamento para estudantes através de parcerias com bancos e; por fim, oferecer serviços de consultoria para companhias de suporte da qualidade educacional.

Mediante ao crescente papel do IFC, não somente na aliança dos organismos, mas também na educação, podemos evidenciar uma forte indicação ao avanço do setor privado na educação. Olhando para o setor privado, o Documento frisa que é frequentemente assumido que este setor atende principalmente estudantes de classes sociais privilegiadas, mas que instituições privadas estão fornecendo educação até para as comunidades mais pobres, especialmente em áreas que os governos não chegam.

Como aponta o Documento, o setor privado é também uma fonte significativa de financiamento para o setor da educação. Há no Documento a ressalva de que isto não deve influenciar na responsabilidade do governo, ou seja, reorganizar o valor do envolvimento do setor privado não significa abdicar das responsabilidades do poder público. Mesmo porque, como afirma Santos (2004), o capital não prescinde dos fundos públicos para a sua reprodução. Para esta autora,

O capital repudia o Estado na gestão das políticas educacionais, mas não no seu financiamento, papel que é exigido direta – por meio da transferência de recursos públicos para ao “mercado educador” – ou indiretamente, por meio de retorno fiscal dos “investimentos” do capital em educação. (SANTOS, 2004, p. 3)

Com base na leitura do Documento, podemos perceber uma grande importância do papel do IFC na nova estratégia. O IFC (*International Finance Corporation*), membro do Grupo Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento. Seu foco na educação começou em 2001, e até 2010 foram investido 500 milhões em 46 projetos no setor educacional. O IFC, tem tido papel relevante na estratégia de parcerias com o setor privado. A partir dos anos 2000, a instituição ampliou consideravelmente seus empréstimos na área da educação, sendo que a educação se

transformou na sua área de atuação prioritária. O Documento prevê para o IFC um crescimento considerável nos empréstimos para a educação nos próximos cinco anos, colocando a educação como um dos cinco pilares estratégicos do IFC.

Robertson (2012) traz um olhar crítico acerca da nova estratégia do Banco Mundial para educação. Ela afirma que as políticas neoliberais por parte do Banco Mundial para a educação são um grande experimento que envolve pagamento por serviços públicos, privatização de mais atividades educacionais e uma conexão direta entre gerenciamento e financiamento da educação por rendimentos mensuráveis.

Olhando para este Documento, Robertson (2012) observa criticamente que a economia de livre mercado está extremamente presente, assim como o Documento defende um maior papel para si na governança global, bem como o setor privado como um protagonista nas políticas para a educação. Para a autora, com a “nova estratégia”, o Banco não se afasta das políticas neoliberais, pelo contrário, o Documento legitima que o Banco está lidando com os fracassos do neoliberalismo, recompondo as mais avançadas estratégias de intervenção neoliberal.

Segundo Robertson (2012), o Documento coloca o mercado e a necessidade de competição, o papel do setor privado em novas e antigas áreas de serviços públicos, a educação como algo de interesse nacional e elementos centrais para a competitividade na economia global, assim como um meio de diminuir a pobreza e estancar a desaceleração do crescimento econômico e como fundamentos para a construção de economias baseadas no conhecimento. A autora critica essas políticas aplicadas em países subdesenvolvidos, como projetos políticos neoliberais, que tem como repertórios a descentralização do poder público, a privatização, o pagamento por serviços públicos e financiamento comunitário. Para a autora, tais políticas tiveram consequências devastadoras, não só na qualidade e oferta desses sistemas de educação, mas nas sociedades mais amplas.

Falando sobre as ações do setor privado na educação, Verger e Bonal (2012) apontam que o Banco Mundial tem apoiado o setor privado em suas participações na educação há décadas, entretanto a nova estratégia vai além dos Documentos anteriores do Banco para a educação, dando uma forte ênfase na importância do setor privado para alcançar as metas propostas na Estratégia 2020, dizendo que o setor privado e o IFC, juntos podem ser beneficiários diretos dos menos favorecidos, e que as entidades privadas são importantes provedores de serviços educacionais para as populações mais pobres, especialmente em áreas

que o governo não consegue alcançar. No entanto, os autores afirmam que pesquisas trazem evidências de que não há melhoras no desempenho das escolas com o apoio do setor privado.

Verger e Bonal (2012), explicam que o forte apoio do Documento ao setor privado consiste em estimular o aumento da oferta privada e do número de escolas privadas dentro dos sistemas educativos, ou seja, escolas contratadas ou subsidiadas ao setor privado. Segundo os autores, a privatização na educação tem o objetivo de incentivar as escolas públicas a comportarem-se e a funcionarem como prestadores privados, tornando-as mais competitivas e consequentemente, através das avaliações, elevar os padrões de qualidade.

Fazendo uma crítica à lógica de mercado imposta pela Nova Estratégia, podemos perceber a presença do setor privado e do IFC na educação. Verger e Bonal (2012) dizem que as concorrências dos sistemas educacionais são muito difíceis de obterem sucesso nas políticas da educação em países subdesenvolvidos, pois para que seja possível escolher ótimas escolas, se faz necessárias condições perfeitas de aprendizagem e de oferta, que dificilmente existiram em países de baixa renda, porque os indivíduos que vivem em situação de pobreza em vez de escolherem escolas com base na qualidade irão escolher com base em outros fatores que são mais importantes e necessários para a situação em que vivem, como por exemplo, proximidade, custo e relações sociais.

Sobre o papel do IFC na educação, Verger e Bonal (2012), mostram que pesquisas recentes evidenciam que os financiamentos do IFC não chegam aos países de situação de pobreza extremas, como dizem as pesquisas. Entre os anos de 2006 e 2010, apenas 8% dos investimentos em educação do IFC foram destinados aos países de baixa renda e 67% dos projetos estavam no nível da educação superior, pois os investimentos na educação são considerados arriscados dentro do IFC.

Sobre a questão da forte presença do IFC tanto no relatório de 1999 quanto no Documento Estratégia 2020, Robertson (2012) afirma que apesar das promessas de desenvolvimento em benefício dos menos favorecidos, o IFC tem recebido consideráveis críticas acerca do seu fracasso em abordar as necessidades dessas pessoas, levantando principalmente a questão de qual o valor que o IFC agrega, já que muitos de seus projetos de financiamentos não levam em conta as verdadeiras dimensões de pobreza e redistribuição. Conforme a autora, há a preocupação de que o suporte do IFC vá principalmente para poucos e grandes projetos e investidores transnacionais, nos quais a necessidade de financiamento é menor e possíveis benefícios de desenvolvimento são menores, sendo que países mais pobres

são necessários empreendimentos em escalas pequenas e médias. Segundo Robertson (2012), a responsabilização e a transparência são pontos fracos do trabalho do setor privado no Banco Mundial.

Com relação à transferência de responsabilidades do poder público para o poder privado na educação, Robertson (2012) argumenta que o fato do Estado ceder o poder de tomada de decisões para atores econômicos, representa uma virada da autoridade na esfera pública para a esfera privada, gerando implicações significativas para a educação, para a sociedade e para a democracia. Também neste sentido, tratando especificamente de uma forma de parceria - a adoção de sistemas de ensino privados nas escolas públicas – é apontado por Adrião et al que:

Representa mais do que a simples aquisição de materiais didáticos, dado se tratarem de estratégia por meio da qual o setor privado amplia seu mercado, ao incidir sobre o espaço público na mesma medida em que o setor público transfere parcela de suas responsabilidades para com a educação a iniciativa privada. (ADRIÃO, et al, 2009, p. 801)

Por fim, como evidencia o Documento, o crescente papel do IFC e do Setor privado na educação demonstram a forte presença da privatização da educação. Segundo Klees (2012), os esforços cada vez mais crescentes do Banco Mundial para promover a privatização da educação estão acontecendo há mais de três décadas. Segundo o autor, por privatização podemos entender os esforços para diminuir o controle público e o aumento dos financiamentos da educação, incluindo vouchers, eliminação de taxas e outros apoios da educação privada. O autor, para finalizar, faz uma crítica à privatização, dizendo que esta só ajudará a superar as lacunas presentes hoje na educação, pois tais lacunas são resultados de anos de ataques ao público, sendo assim, tudo que a privatização está fazendo hoje é substituir uma tentativa de se desenvolver uma boa política pública por uma política privatizadora, baseada na lógica de mercado e no lucro resultante da educação.

⁸Instiga a imaginação como deixamos a ideologia neoliberal funcionar tão desenfreadamente que aceitamos escolas privadas de baixo custo para os pobres como uma boa política educacional. Que tipo de mundo é esse onde

⁸ It boggles the imagination how we have let neoliberal ideology runs o rampante that we accept “low cost private schools for the poor” as good educational policy. What kind of world is it where we consider it legitimate to charge the poorest in the world for basic education? (Traduzido pela autora)

consideramos legítimo cobrar aos pobres pela educação básica? (Klees, 2012, p.58)

Sobre a temática de “Parcerias”, o Banco justifica que é um enorme desafio global melhorar a qualidade e o acesso à educação nos países subdesenvolvidos, requer colaboração e alinhamento de interesses entre muitos atores, pois a educação é uma esfera muito ampla para ser assumida por um único organismo. Sendo assim, o Banco trabalhará com agências multilaterais e bilaterais e com os governos dos países parceiros, sobre produtos de conhecimentos, operações de investimentos e iniciativas programáticas.

Outro tipo de parceria apresentada no Documento são as Parcerias Público-Privadas, como podemos observar nos exemplos apresentados abaixo: a “Fundação das Escolas Assistidas”, programa do Banco Mundial em Punjab, Paquistão, e também a parceria entre o Banco Mundial e o Banco do Desenvolvimento Islâmico, na Árabia.

A Fundação das Escolas Assistidas é uma parceria público-privada que oferece um subsídio de baixo custo para a educação, através do desempenho dos alunos e de um bônus para os professores. E a parceria ocorreu em 2010 entre o IFC e o Banco do desenvolvimento Islâmico (*Islamic Development Bank*), que lançou uma iniciativa para desenvolver uma agenda no setor privado que visa abordar a necessidade da educação para o emprego da juventude no mundo árabe. A alta taxa de jovens desempregados na Arábia tem sido atribuída à ausência de relação entre a educação e os empregados que o mercado precisa. O projeto enfoca o papel que o setor privado pode desempenhar na resolução deste problema.

Ao tecer algumas críticas ao Documento, Pronko (2015) fala sobre as Estratégias de parcerias. Segundo a autora, as Estratégias de parcerias na educação, nasceram antes do Documento do Banco Mundial, um tempo atrás como forma de mediar o Estado e o Mercado, sendo apontada como uma possibilidade de promover o “melhor” das duas esferas, concentrando esforços para resolver os problemas da concorrência internacional e do acesso ao serviço. Sendo assim, no final da década de 1990, esse novo formato de “gestão” na educação acabou por envolver várias Organizações Internacionais como a UNICEF, ONU, Banco Mundial e alguns outros doadores internacionais.

A autora diz que o Banco Mundial justifica a estratégia de parcerias, através do discurso de que os países em desenvolvimento estão deixando de ter sistemas educacionais pequenos e elitistas para terem um sistema amplo de ensino, retirando dos governos sua

capacidade de financiamento, afetando a qualidade educativa. Neste sentido, a diversificação do sistema educacional seria a melhor solução para os problemas de acesso, atendendo tanto a diversidade de tipos de educação quanto à flexibilidade da demanda. Pronko (2015) afirma que o IFC tem tido como principal tarefa a promoção de um marco regulatório adequado para a educação privada com base no modelo de parcerias público-privadas, publicando uma série de Documentos com o olhar voltado para orientações sobre essas parcerias.

Segundo a autora, também está previsto nas orientações de parcerias para a educação a figura de contrato de gestão, como compra de gestão privada nas instituições públicas, fornecimento de insumos como materiais didáticos, consultoria em sistema de ensino, construção de prédios e etc.

Adrião et al (2009), em pesquisa intitulada “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise de parcerias público-privadas no estado de São Paulo” aponta a dependência das esferas municipais junto ao setor privado. Segundo as autoras, as parcerias entre administrações municipais e o setor privado no Brasil têm se ampliado nos últimos anos. Elas apontam que a descentralização impôs a esses níveis de governos novas tarefas e atribuições, que exigem condições de elaboração e implantação de políticas públicas. Com essas demandas, juntamente com as reformas nas administrações públicas ocorrida nos anos 90, ampliaram-se e diversificaram-se as parcerias no Brasil.

Para Robertson (2012), a proposta de parcerias público-privadas (PPPs) prevista no relatório foi a solução que o Banco encontrou para atenuar os estragos causados por formas anteriores de privatização. As parcerias são justificadas pelo fato de que o trabalho de fortalecer a educação é muito grande para que qualquer instituição faça sozinha. Nesta justificativa, cabe tanto a estratégia das parcerias quanto as de reorganização do sistema educacional de modo a incluir as diferentes oportunidades educativas formais e informais.

Robertson e Verger (2012) apontam que a globalização e a governança da educação por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs) estão gerando debates quanto ao seu significado, status e principalmente resultados, debate este que ocorre no setor educacional com maior força, devido ao fato de que a educação é difundida como atividade política e social complexa e que deve permanecer na sua maioria no setor público e a serviço dos interesses públicos. Entretanto, os autores ressaltam que a rápida expansão das PPPs na educação envolve cada vez mais atores privados em atividade do setor público, como por exemplo, definição de políticas, oferta da educação, fiscalização e gestão escolar.

Falando sobre a trajetória histórica das parcerias público-privadas, Robertson e Verger (2012) dizem que as parcerias surgiram no início de 1990 com a intenção promissora de minimizar os estragos causados por formas anteriores de privatização, entretanto sem abandonar a ideia de privatizar. Os autores exemplificam diferentes tipos de PPPs, que vão desde a construção, gestão e manutenção da infraestrutura até mesmo a mobilização de recursos, defesa de políticas, prestação de serviços e de operações.

Sobre os principais empreendedores da política de PPPs, os autores afirmam que as organizações internacionais como o Banco Mundial e o *Internacional Finance Corporation* (IFC), tem sido os maiores responsáveis por disseminar e promover a ideia de parcerias público-privadas dentro da educação. Ainda Robertson e Verger (2012) falam sobre as principais ideias do IFC e do Banco Mundial sobre as PPPs no setor educacional, dizendo que a premissa principal é que a educação é um bem de consumo e que o aluno é seu principal consumidor, sendo assim, para os pais e estudantes escolherem o setor de educação, é necessário que este esteja organizado de forma a operar com a lógica de um mercado livre. Assim, a presença do Estado apenas tem a função de minimizar as falhas da lógica de mercado e responder as preocupações da equidade.

3.3 O foco nas avaliações

Na leitura do Documento “Aprendizagem para todos: Estratégia 2020 para a educação”, podemos perceber a forte presença da questão das avaliações, sendo está uma das estratégias do Banco Mundial para a implementação desse novo Documento. Por isso, optamos por tê-la como um dos eixos estudados no presente trabalho.

Dentro do eixo “O foco nas avaliações”, pudemos identificar as seguintes temáticas: “Avaliações de Aprendizagem”, “Avaliação de Impacto” e “Avaliação de Sistema”. A Avaliação da aprendizagem é uma das alavancas de implementação do Banco Mundial, que deverá apoiar os esforços para aumentar a disponibilidade de dados sobre a aprendizagem, com o objetivo de ajudar os países em desenvolvimento a desenhar um quadro para recolha, análise e utilização de dados, ajudando a desenvolver uma cultura de monitoramento e avaliação de resultados para aumentar a eficácia dos investimentos educacionais. Quanto às “Avaliações de Impacto”, segundo o Documento estas avaliações constituem oportunidades

para gerar conhecimentos globais e melhorar continuamente as operações e o aconselhamento técnico do Banco. As “Avaliações do Sistema”, segundo a nova Estratégia, fornecerão uma análise detalhada das capacidades dos países sobre os seus domínios de políticas educacionais, ou seja, em cada domínio de política educacional, as ferramentas analisarão o fator que está ausente no sistema educacional. Por fim, nos “Financiamentos por resultados”, o Banco alega que para fortalecer o sistema educacional é necessário alinhar seus mecanismo de governança, gestão, financiamento e mecanismos de incentivo ao desempenho para gerar aprendizado, reconhecendo os muitos provedores, consumidores e interessados na educação e os papéis que esses participantes têm no sistema. Além disso, as relações de prestação de contas entre os financiadores e os financiados devem ser claras, coordenadas e consistentes, o desempenho e os resultados de aprendizagem devem ser monitorados e medidos de modo que seja estabelecido um ciclo de *feedback* ligado à política, financiamento e resultados.

Quadro 3 – Avaliações do Sistema Educacional

Avaliações do Sistema Educacional	
Avaliações de aprendizagem	<p>-“Uma análise minuciosa do nível de desenvolvimento do sistema educacional de cada país, além do seu desenvolvimento global, permite uma diferenciação mais clara e mais útil do ponto de vista operacional. Alguns países atingem níveis muito mais altos de desempenho educacional em termos da operação do sistema e de resultados do que se poderia esperar com base nos seus rendimentos”.</p> <p>-“O Banco apoiará os esforços para aumentar a disponibilidade de dados sobre a aprendizagem juntando-se ao Estado. O objetivo é ajudar os países parceiros a definir um quadro para recolha, análise e utilização de dados, ajudando a desenvolver uma cultura de monitoramento e avaliação de resultados para aumentar a eficácia dos investimentos internos e externos. O Banco incentivará a participação desses</p>

	<p>países em avaliações internacionais, como o PISA, com a intenção de construir uma base de dados global sobre os resultados de aprendizagem”.</p> <p>-“Medir e monitorar em todos os níveis, a eficácia dos mecanismos de responsabilização na produção de aprendizagem e habilidades. A ajuda Educacional Russa para o Desenvolvimento (<i>Read Trust Fund</i>) permite que o Banco Mundial apoie países como a Angola, Etiópia, República do Quirguizistão, Moçambique, Vietnã e Zâmbia, criando sistemas ou instituições que formulam objetivos de aprendizagem e realizam avaliações de aprendizagem dos estudantes”.</p>
Avaliações de Impacto	<p>-“O programa <i>Foundation Assisted Schools</i> é uma parceria público-privada que oferece um subsídio mensal por aluno para escolas privadas de baixo custo em Punjab, Paquistão. O subsídio é condicionado a um nível mínimo de desempenho dos alunos em um teste independente administrado externamente. O programa oferece bônus para professores e às escolas para que os resultados dos testes sejam satisfatórios. Embora o programa seja recente e esteja operando a um curto período de tempo, os primeiros resultados de avaliação de impacto sugerem significativos efeitos positivos sobre as taxas de inscrição escolares”.</p> <p>- “Nos últimos dez anos, o Banco Mundial se envolveu em centenas de avaliações de impacto muito rigorosas no setor da educação. Estas avaliações constituem uma oportunidade para gerar conhecimentos globais e melhorar continuamente as operações e o aconselhamento técnico do Banco. Muito mais avaliações de impacto têm sido conduzidas hoje do que</p>

	<p>a décadas atrás, entretanto é preciso aprender sobre como tornar esses esforços mais úteis para as políticas educacionais.”</p>
<p>Avaliações do Sistema</p>	<p>- “Novos instrumentos de avaliação do sistema fornecerão uma análise detalhada das capacidades dos países sobre os seus domínios de políticas educacionais. Em cada domínio de política educacional, as ferramentas analisarão o fator que está ausente no sistema educacional”.</p> <p>-“Ao investir em avaliações de sistemas, aferição de impactos e verificação da aprendizagem e de competências, o Banco estará ajudando os países parceiros a responder às questões-chave que informam a reforma da educação: Quais são os pontos fortes do nosso sistema? E as suas fraquezas? Que intervenções se têm mostrado mais eficazes para a sua solução? Está a alcançar os grupos mais desfavorecidos? Quais são os papéis essenciais a serem desempenhados pelos setores públicos e privado na prestação dos serviços? Estão as crianças e os jovens a adquirir os conhecimentos e competências de que necessitam?”.</p> <p>- “Avaliações e ferramentas de aferição, irão avaliar a capacidade de um determinado sistema educacional, com o intuito de melhorar os resultados de aprendizagem e a realização dos alunos sobre as competências básicas de leitura e matemática”.</p>
<p>Financiamentos por Resultados</p>	<p>-“Resumidamente, fortalecer um sistema educacional significa alinhar seus mecanismos de governança, gestão, financiamentos e mecanismos de incentivo ao desempenho para produzir aprendizado, reconhecendo os muitos provedores, consumidores e interessados na</p>

	<p>educação e os papéis que esses participantes têm no sistema. As relações de prestação de contas entre eles devem ser claras, coordenadas e consistentes com a suas funções atribuídas em apoio aos objetivos nacionais de educação. O desempenho e os resultados de aprendizagem devem ser monitorados e medidos de modo a que seja estabelecido um ciclo de <i>feedback</i> ligado a política, o financiamento e os resultados”.</p> <p>-“O Banco apoiará operações que estabelecem um ciclo de alinhamento entre financiamentos e resultados. O financiamento inteligente significa que a ajuda financeira do Banco será cada vez mais orientada para resultados específicos. O Banco responderá as oportunidades de usar uma abordagem multissetorial para atingir os resultados da educação, isso significa trabalhar com outros setores do Banco, como saúde, nutrição, proteção social, transporte, etc.”.</p> <p>- “O Banco inovou financeiramente, através de uma maior utilização do financiamento setorial, co-financiamento, instrumentos com base no desempenho e outras abordagens”.</p> <p>-“A abordagem da nova estratégia ao sistema educacional centra-se em maior responsabilização e resultados como complemento de proporcionar recursos. Reforçar os sistemas educacionais significa alinhar a sua governança, a gestão de escolas e professores, regras de financiamento e mecanismos de incentivo, com o objetivo da aprendizagem para todos. Isto implica uma reforma das relações de responsabilização entre os vários atores e participantes no sistema educacional,</p>
--	---

	<p>para que esse relacionamento seja coerente com as funções, medido. Significa também estabelecer um ciclo claro de retorno entre o financiamento (incluindo a ajuda internacional) e os resultados. E porque as falhas de governação e responsabilização têm geralmente os seus efeitos mais nefastos nas escolas que servem os grupos mais desfavorecidos, este sistema de gestão promove equidade educacional para além da eficiência”.</p> <p>-“A Fundação das Escolas Assistidas é um programa do Banco Mundial em Punjab, no Paquistão é uma parceria público-privada que oferece um subsídio de baixo custo para a educação. O subsídio é condicional à escolaridade sem mensalidades e um nível mínimo de desempenho dos alunos que será revertido em bônus para professores que obtiverem maior pontuação dos alunos. Embora o programa tenha sido efetuado apenas por um curto período, os resultados iniciais da avaliação de impacto sugerem efeitos positivos significativos sobre a matrícula e insumos escolares, tais como professores, salas de aula e lousas.”</p>
--	---

Dentre algumas das orientações realizadas pelo “Documento- Educação para todos: Estratégia 2020 para a educação (*Learning for all: Strategy 2020 for education*) do Banco Mundial, está a questão das avaliações”. O Banco diz no Documento que para haver o desenvolvimento da educação nos países subdesenvolvidos o Banco Mundial se aproximou dos países clientes, com a intenção de descentralizar suas operações e isso tem melhorado os resultados das avaliações, sendo assim, o Banco resolveu investir em avaliações contando com a ajuda do setor educacional. Segundo o Documento para investir em avaliações do sistema, avaliações de impacto e avaliações de aprendizagem, o Banco contará com a ajuda de países parceiros para responder as questões fundamentais que moldam a reforma educacional.

A intenção do Banco em investir em avaliações em nível regional e global é desenvolver uma base de conhecimentos de alta qualidade sobre a educação, tendo em vista a

melhora do sistema educacional de forma mundial. Portanto, ao investir em avaliações do sistema, avaliações de impacto e avaliações de aprendizagem, o Banco auxiliará seus países parceiros a responder algumas questões-chave que podem fazer a diferença na melhora do sistema educacional.

Segundo o Documento do Banco Mundial, o mesmo fornecerá sistemas de avaliação e ferramentas para aferir junto com dados para avaliar a capacidade do sistema de ensino, com a intenção de melhorar os resultados da aprendizagem e desempenho dos alunos, incluindo pensamento crítico, solução de problemas e trabalho em equipe em países subdesenvolvidos, visando um intercâmbio de conhecimento e debates entre esses países e organismos multilaterais, como o Banco Mundial.

O Documento “Aprendizagem para todos: Estratégia 2020 para a educação” traz que o trabalho analítico, as provas práticas e o *know-how* relacionado a programas e políticas educacionais são fundamentais para melhorar o desempenho educacional. Nos últimos dez anos muitos funcionários do Banco se envolveram com as avaliações, especialmente no setor da educação.

Com a intenção de expandir a questão de avaliações da educação e colher os resultados, o Banco Mundial tem trabalhado fortemente ao longo dos últimos anos, como relata o Documento “Educação para Todos: Estratégia 2020 para a educação”. A abordagem das avaliações tem a intenção de integrar as avaliações de operações novas e em andamento, com o apoio técnico de peritos de todo o Banco, ocorrendo essa integração na fase de concepção do projeto, sendo que em alguns casos a avaliação inclui um estudo controlado, que permite ligação direta entre as intervenções e impactos. E o Documento ressalta que uma vez que as avaliações geram resultados, elas podem informar a prática operacional, fornecendo *feedback* em tempo real.

Como forma de orientação, o Documento traz três áreas importantes para se implementar a nova estratégia para a educação do Banco Mundial. As três áreas são: geração e intercâmbio de conhecimento, apoio técnico e financeiro e parcerias estratégicas. Para criar um cenário para que essas três áreas possam ser efetivadas e conseqüentemente para que possa haver a implementação da Estratégia 2020 para a Educação, o Banco fornecerá avaliação do sistema, avaliações de aprendizagem e avaliações de impacto. As avaliações da educação incluem avaliações de aprendizagem dos alunos através da realização de objetivos que englobam as competências básicas de leitura e aritmética, ou seja, português e matemática

e também outras aptidões, como pensamento crítico, solução de problemas e aptidões para trabalhar em equipe.

O Documento fala sobre as avaliações de aprendizagem que são um processo mediador da construção de um currículo e se encontra intimamente relacionado à gestão da aprendizagem dos alunos. Perante as avaliações de aprendizagem, o Documento enuncia que, para haver um reforço do sistema de ensino é necessária uma série de ações inter-relacionadas, com o objetivo comum de proporcionar melhores resultados de aprendizagem. Como exemplo, o Documento fala do trabalho das tecnologias da informação e da comunicação que podem desempenhar um papel importante na melhoria da gestão do sistema de ensino, permitindo assim um melhor e mais propício acompanhamento das várias dimensões de um sistema educativo nacional e uma melhor implementação das avaliações de aprendizagem.

Como as avaliações de aprendizagem são de extrema importância na Estratégia 2020, o Banco apoiará os esforços para aumentar a disponibilidade de dados sobre aprendizados e habilidades, unindo os governos e outras organizações internacionais que estão auxiliando na medição dos resultados. A nova Estratégia diz que o objetivo é auxiliar os países parceiros na definição de um quadro para coleta, análise e uso de dados, ajudando a desenvolver uma cultura de monitoramento e avaliações de resultados para aumentar a eficácia dos investimentos nacionais e dos investimentos internacionais. O Banco incentivará a participação dos países subdesenvolvidos a participar de avaliações internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA- (*Programme for International Students Assessment*), é um programa internacional de avaliação dedicado a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que normalmente se termina a escolaridade básica, ou seja, o ensino fundamental. A meta principal do Pisa é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a contribuir com as políticas de melhoria da educação. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea.

Sobre as avaliações da aprendizagem, Buoro (2013) diz que podem ser conhecidas também como medida do rendimento escolar. A autora faz um breve histórico, dizendo que as avaliações da aprendizagem se sustentam há cerca de cem anos a partir das concepções das pessoas envolvidas no processo educacional sobre como ocorre a aprendizagem, baseadas em

testes ou exames. Essas concepções da aprendizagem se apresentam, em função da acumulação de associações estímulo-resposta, sustentadas pelo pensamento behaviorista, ou seja, partindo do princípio de aprendizagem por acumulação, sequencial e hierárquica, testes rigorosos e frequentes para medir o domínio de determinado assunto são aplicados, com a intenção de obter reforços positivos por meio de recompensas estimuladoras.

Entretanto Buoro (2013) faz uma crítica dizendo que as avaliações de aprendizagem, que são baseadas na perspectiva behaviorista, vão contra a perspectiva da ciência cognitiva, ou seja, que os processos de aprendizagem não são lineares, que os indivíduos reconstróem e integram conceitos de diferentes formas e graus de complexidade.

Sordi e Ludke (2009) fazem uma reflexão sobre as avaliações de aprendizagem, dizendo que os processos de avaliação da aprendizagem planejam conceber como uma questão técnica e neutra, naturalmente classificatória e resultante de esforços individuais, o que justifica as premiações e as sanções que cada aluno recebe.

Segundo Santo e Varela (2007), a avaliação da aprendizagem pouco tem a ver com avaliação no seu sentido semântico, pois se constitui mais de provas e exames do que de avaliação, ou seja, a prática de aplicação de provas e exames, com atribuição de notas e conceitos. Essa prática de avaliar através de exames e provas, segundo as autoras, tem sua origem nos séculos XVI e XVII, séculos caracterizados pela exclusão e marginalização de grande parte dos indivíduos. A prática tornou-se muito conhecida e utilizada até os dias atuais. Entretanto, as autoras ressaltam que nos dias de hoje, a avaliação é vista como um ponto vital para o alcance de uma prática pedagógica, mas muito pouco se conhece sobre processos de avaliações da aprendizagem que ocorrem nas escolas, devido à má utilização que se faz do processo de avaliação.

Também sobre as avaliações de aprendizagem, Santos e Varela (2007) apontam que as avaliações não devem ser de caráter simplesmente decorativo ou apenas com a intenção de mascarar as reais deficiências, voltadas apenas para a complementação de notas. Segundo as autoras, os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser o ponto chave para a tomada de decisões sobre o que se deve ser reforçado ou retocado, ou seja, um diagnóstico e uma análise da realidade, para que se possa captar os subsídios e tomar as decisões no sentido de superar os problemas constatados.

Chueiri (2008) diz que a avaliação da aprendizagem se faz presente em todos os domínios da atividade humana, a questão do “julgar”, do “comparar” e do próprio “avaliar”, segundo a autora, fazem parte do nosso cotidiano, através de diversas ações. Como por exemplo, reflexões informais que orientam as frequentes opções do cotidiano. Assim como no cotidiano, a autora aponta que a avaliação de aprendizagem não deve acontecer em momentos isolados do trabalho pedagógico, mas sim de forma contínua, iniciando, permeando e concluindo todo o processo educativo. No entanto, a autora destaca que em qualquer nível de ensino a avaliação não existe e não opera por si mesma, está sempre a serviço de um projeto ou de um conceito teórico, determinada pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino.

Sobre as concepções que permeiam a avaliação de aprendizagem, Chueiri (2008) fala sobre três concepções: “Examinar para avaliar”, “Medir para avaliar” e “Avaliar para classificar ou regular”.

Sobre “Examinar para avaliar”- a autora diz que a prática de se aplicar exames e provas, nasceu há muito tempo e se consolidou com a ascensão da burguesia, e ocorrendo até hoje nas escolas públicas e privadas, podendo ser identificadas em avaliações nacionais brasileiras, como por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), reforçando ainda mais a cultura dos exames, segundo a autora. A sala de aula é o lugar, pensando em termos de avaliação, onde deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e orientação da aprendizagem, sendo assim, os exames não deveriam ser algo relevante como forma de classificação.

Em “Medir para avaliar”, Chueiri (2008) diz que essa concepção tem origem no século XX, nos Estados Unidos, com testes padronizados para medir habilidades e aptidões dos alunos. Segundo a autora, essa possibilidade de mensuração de comportamentos por meio de testes proporcionou a expansão da cultura dos testes e medidas na educação, ou seja, a avaliação de aprendizagem nessa concepção visa comprovar o rendimento dos alunos com base em comportamentos predefinidos, sendo assim, a autora diz que a avaliação é reduzida à medida, sendo o processo de ensino separado do seu resultado.

Por fim, a autora fala sobre a concepção de “Avaliar para classificar ou regular”, concepção essa mais tradicional que se refere a possibilidade de classificar o desempenho do aluno por meio da avaliação, tendo como pré-requisito a certificação, ou seja, o diploma que atesta que o indivíduo recebeu uma formação e não necessita se submeter a novos exames.

Além das avaliações de aprendizagem, o Banco irá investir nas avaliações de impacto, ou seja, avaliações de projetos sociais da avaliação dos resultados e se há progresso mesmo depois do fim da intervenção de determinado projeto. As avaliações de impacto para o Banco, nessa nova estratégia, têm o objetivo de orientar as políticas e as intervenções em conjunto com a troca de conhecimentos que facilitam a aprendizagem entre os países e organizações parceiras.

A Estratégia 2020 utilizará alguns indicadores de impacto para monitorar as metas em países parceiros. Os indicadores são: países com aumentos na aprendizagem e habilidades; países que reduziram as lacunas na aprendizagem; e países com ganhos na força de trabalho.

O Banco diz que o trabalho analítico, as evidências práticas e os conhecimentos relacionados com os programas e políticas educacionais são fundamentais para melhorar o desempenho dos sistemas educacionais, portanto, nos últimos dez anos o Banco promoveu centenas de avaliações de impacto rigorosas, prioritariamente no setor educacional, com o objetivo de constituírem uma oportunidade para gerar conhecimentos globais e melhorar as operações e o aconselhamento técnico do Banco Mundial.

O Documento ressalva que muitas avaliações de impacto têm acontecido nos dias de hoje, mas que é necessário aprender mais sobre como tornar as avaliações úteis para a política. Como exemplo, o Documento fala que reformas complexas de sistemas não podem ser avaliadas com técnicas de avaliação de impacto padrão, que dependem da existência de um grupo de comparação que não é afetado pela intervenção a ser avaliada, por isso há um aumento das avaliações de impacto no ensino fundamental, mas uma escassez no número de avaliações de impacto no ensino médio nos países subdesenvolvidos.

Devido a esse fato, segundo o Documento, o Banco Mundial nos últimos cinco anos vem trabalhando para expandir a carteira de avaliações de impacto na educação e colher metodicamente suas lições. A abordagem é integrar de forma rígida as avaliações de impacto em novas operações, com o apoio técnico de especialistas do Banco Mundial, iniciando as avaliações na concepção de qualquer projeto em nível educacional, com o intuito de melhorar a concepção do projeto e buscando os canais de impacto esperados. Segundo o Documento, a importância das avaliações de impacto se dá por motivos de que, uma vez que a avaliação produz conteúdo, os mesmos podem dar um retorno para a prática operacional, permitindo a avaliação de determinado projeto. Na Estratégia 2020, o Banco concentrará seus esforços em

avaliações de impacto em áreas que são mais influentes, como projetos de cunho tecnológico e na área de contabilidade na educação.

Explicando melhor o que são as avaliações de impacto, Bauer (2010) diz que são avaliações de um programa social, podendo envolver diversas etapas como a análise da proposta, ou seja, examinar se o programa é importante e relevante para o objetivo a ser alcançado, se sua estrutura está adequada e se projeta possíveis resultados. Outra etapa é a da implementação, avaliar se o projeto está sendo conduzido conforme o planejado. Por fim, a autora aponta uma diferença na etapa dos resultados e na dos impactos pelas seguintes esferas: a etapa dos resultados analisa se o programa implementado atingiu os objetivos previamente definidos e a etapa que avalia os impactos é entendido pela autora, como resultados e efeitos da intervenção a longo termo e que se mantêm mesmo após o término da intervenção.

Entretanto, a autora diz que nem sempre as avaliações de impacto seguem as etapas mencionadas e menos ainda os conceitos utilizados por diversos autores, sendo que muitas vezes a autora afirma que os conceitos de impacto estão incorretamente fundados na ideia de avaliações de resultados. Bauer (2010) justifica essa confusão entre os conceitos de avaliação de impacto e avaliações de resultados, porque as definições de impacto são diversas e não há muito consenso entre as referências que podem ser pesquisadas, além do significado do termo também ser confuso, podendo muitas vezes ter sua definição em uma avaliação focada nos resultados ou retornos dos investimentos, em vez de ser focada no processo, na entrega ou na avaliação da implementação.

Sendo assim, Bauer (2010) afirma que a definição de avaliações de impacto está relacionada com o foco da avaliação e pode-se compreender que a confusão existente entre impacto e resultados ocorre porque são entendidas como “efeitos”, ou seja, possuem uma natureza relacional com a intervenção.

Sobre como uma ação ou programa pode ser considerado uma avaliação de impacto, a autora ressalta que é necessário poder atribuir um efeito a uma determinada causa, sendo necessário que independe do contexto, a relação entre efeito e causa se mantenha, assim deve ser possível repetir algumas vezes a ação ou a intervenção de um determinado programa, obtendo os mesmos tipos de resultados. Para Bauer (2010), a avaliação de impacto não somente se preocupa em aferir e interpretar os resultados de um programa social, mas também se preocupa em analisar em que medida eles podem ser atribuídos ao programa, nesse sentido

a autora diz que a avaliação de impacto pode ser entendida como a medição do efeito de determinada intervenção sobre determinado alvo, com a intenção de saber em que medida houve alteração na situação inicial.

Para finalizar as avaliações, o Documento indica as avaliações de sistema. Segundo a nova Estratégia, melhorar o sistema educacional significa ir além do fornecimento de insumos, como edifícios escolares, um corpo docente de qualidade e livros didáticos, que também são de grande importância. Porém, para melhorar o sistema educacional também é necessário garantir o uso desses insumos com maior eficiência com o intuito de acelerar o aprendizado. Sendo assim, o Documento dá mais ênfase aos insumos proporcionados a educação, colocando-os em um contexto de avaliações e reformas do sistema educacional, concentrando-se no aumento da responsabilização e dos resultados como complemento ao fornecimento de insumos.

O Banco está desenvolvendo novas ferramentas de avaliação do sistema, com a intenção de fornecer uma análise detalhada das capacidades dos países com relação às suas políticas educacionais, o trabalho dos professores com relação à equidade e inclusão, ensino médio e desenvolvimento de habilidades; portanto as ferramentas de avaliação do sistema analisarão os resultados que demonstram a ausência de algumas capacidades, focando nos insumos e nos resultados de aprendizagem. Segundo o Documento, esses resultados permitirão que os formuladores de políticas e as organizações da sociedade civil tomem decisões melhor informadas.

Através desses conceitos de avaliação do sistema educacional desenvolvidos pelo Banco, a Estratégia 2020 traz o programa “Avaliação do Sistema para Resultados de Educação” (SABER), um programa que está sendo implementado, segundo o Documento, em parcerias com pesquisadores nacionais, parceiros externos, atores decisivos e outros atores. Esse programa desenvolvido dentro da nova Estratégia tem a intenção de avaliar a capacidade institucional de um país e as políticas relacionadas a dimensões específicas de seu sistema educacional, detectando os pontos fortes e fracos em relação aos padrões mundiais, as melhores práticas e o desempenho de países compradores, orientando assim as reformas educacionais visando melhorar a aprendizagem para todos, objetivo central declarado no Documento.

Bauer (2008) destaca que a avaliação de sistemas passa a ser um ponto de relevância nas propostas das políticas públicas em vários países, por exemplo, no Brasil as avaliações de

sistema e a padronização que induzem escolas a se adequar às diretrizes propostas estão relacionadas à regulação e mudanças nos padrões de gestão, sendo que essa indução muitas vezes ocorre por meio de mecanismos de bonificação para as escolas, ranking que aparecem os melhores e piores resultados e etc.

Ainda falando sobre a realidade brasileira, através de estudos anteriores sobre a ampliação da adoção de sistemas apostilados privados em escolas públicas municipais e as possíveis relações com os sistemas de avaliação externos, Bertagna e Borghi (2011) discutem que um dos principais fatores para o crescimento da adoção dos sistemas apostilados e a busca das escolas e municípios para melhorar os resultados nos sistemas de avaliações, e, portanto, a centralidade dos sistemas de avaliação nas políticas educacionais. Na década de 90, o Brasil começou a implantar e ampliar a sistemática das avaliações externas para os diferentes níveis de ensino. As autoras afirmam que já é possível afirmar que há uma centralidade de sistemas de avaliação nas políticas educacionais atuais e que há uma verdadeira corrida das escolas e sistemas de ensino por bons resultados em tais avaliações.

Soares (2009) diz que uma presente questão nas discussões sobre avaliação do sistema educacional é a dificuldade de se propor a avaliação como uma estratégia política para promover experiências emancipatórias, perante as participações de diferentes sujeitos sociais. Outro questionamento levantado pela autora é sobre a existência, ou não de um horizonte técnico e econômico nas avaliações de políticas públicas de educação em desarticulação com a participação popular e os valores culturais historicamente e socialmente construídos, o que faz a avaliação ser um mero controle contábil.

O que leva Souza (2009) a questionar a necessidade das avaliações realizadas sobre políticas educacionais, através do aprofundamento da mecanização dos mecanismos de avaliação em detrimento da participação efetiva e política da sociedade no processo. Sendo que através das mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade, a avaliação vem assumindo a condição de instrumento estratégico, fundamentado em “eficiência, eficácia e efetividade”.

Se referindo ao passado, Freitas (2012) diz que o tecnicismo se apresenta hoje na forma de “teoria de responsabilização”, meritocrática e gerencialista, onde se objetiva a mesma racionalidade técnica do tecnicismo, ou seja, expectativas de aprendizagem medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola, através do controle pelo processo, bônus e punições, chamado então de

“neotecnicismo”, que se estrutura ao redor de três grandes categorias: responsabilização, meritocracia e privatização.

Falando especificamente de cada categoria, Freitas (2012) traz que a responsabilização envolve três elementos: testes para os estudantes, divulgação pública do desempenho da escola e recompensas e sanções, sendo que os dois últimos elementos compõem o caráter meritocrático do sistema, sendo a meritocracia uma categoria que perpassa a responsabilização. Segundo o autor, a responsabilização tira o foco do real problema, pois nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida, por exemplo, no caso da escola as diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho, tirando o foco da questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados. Mas o autor traz a crítica de que a distribuição dos resultados não é uma questão de mera competência do professor ou da escola, sendo que dessa forma só está sendo colocada mais pressão no sistema, agravando as desigualdades sociais e as desigualdades acadêmicas dentro da sala de aula, ou seja, o impacto dos sistemas de responsabilização prejudica tanto os alunos de mais alto desempenho como os de pior desempenho, pois, sob pressão os professores tendem a concentrar-se naqueles que estão mais próximos da média ou dos padrões médios de desempenho, tentando maximizar e evitar os efeitos adversos.

Segundo Freitas (2012), os efeitos da meritocracia, outra categoria citada acima, são mais questionáveis do que a responsabilização, quando aplicado aos professores e escolas, pois penalizam exatamente os melhores professores por considerarem que sua motivação se resume em ganhar mais dinheiro, sendo que a maior motivação do professor é exatamente contrária, ou seja, o desenvolvimento dos alunos e também pela desmoralização da categoria dos professores, pois eles são expostos a sanções e aprovações públicas, sendo assim, o autor diz que a meritocracia não apresenta melhorias no desempenho dos alunos e sim acarreta graves consequências para a educação.

Como terceira e última categoria, o autor traz a privatização, onde a responsabilização e a meritocracia acabam por criar um ambiente propício para ampliar a privatização do sistema público de educação. Segundo Freitas (2012), o conceito de público não estatal e público estatal abriu novas perspectivas para o empresariado, a gestão por concessão, mesclando a divisão entre o público e o privado. Como já vimos anteriormente, a privatização educacional, consiste em compra de sistema apostilado, compra de vagas em escolas privadas, compra de gestão do sistema privado e até mesmo a questão das bolsas,

como é o caso do Prouni (Programa Universidade para Todos), entre outras estratégias que vem sendo efetivadas.

Sobre esta categoria, Freitas (2012) traz a crítica de que a privatização desresponsabiliza o Estado pela educação pública, sendo que ao invés de investir na melhoria do sistema educacional público, a verba que deveria ser destinada a essas melhorias está sendo investida no setor privado, sendo assim, a transferência de recursos para a iniciativa privada só piora as escolas públicas.

Sobre a última temática “Financiamentos por resultados”, podemos perceber no Documento que há a forte presença de mecanismos de incentivos baseados no desempenho. A estratégia diz que o desempenho e os resultados de aprendizagem devem ser monitorados e medidos de modo que seja estabelecido um ciclo de retornos entre as políticas, o financiamento e os resultados. Ficam evidentes aqui as categorias descritas por Freitas (2012) - responsabilização, meritocracia e privatização.

O Banco alega nessa nova estratégia que apoiará operações que estabeleçam um ciclo de alinhamento entre financiamentos e resultados, ou seja, financiamentos inteligentes significam que a ajuda financeira do Banco Mundial nessa nova estratégia será cada vez mais orientada para determinados resultados.

A Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial tem a intenção de centralizar-se em maior responsabilização e resultados como forma de proporcionar recursos, reforçando os sistemas educacionais, o Banco poderá alinhar a sua governança a diversos fatores como, por exemplo, à gestão escolar e a professores, regras de financiamentos e mecanismos de incentivos, com o objetivo de alcançar a aprendizagem para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos com a presente pesquisa, a forte indução à privatização e ao crescente papel do setor privado na educação através das orientações do Banco Mundial, contidas no Documento Aprendizagem para Todos: Estratégia 2020 para a Educação.

O fundamento principal do Banco Mundial sobre a educação é que a mesma possibilita o crescimento econômico e o progresso rápido, ou seja, a concepção de que a educação reduz o ser humano à sua capacidade laboral apenas.

Sendo assim, o Banco Mundial pretende naturalizar a privatização dos setores públicos, como a educação e fortalecer a indução do setor privado na educação, através de propostas como a elaboração de um novo sistema educacional que englobará todas as oportunidades de ensino, sendo formais ou informais, públicas ou privadas, usando o IFC (*International Finance Corporation*) como guia e caminho para o objetivo de inserir o setor privado na educação.

Podemos observar também a defesa presente no Documento sobre a educação privada para as classes baixas, como vimos em exemplos sobre a compra de sistema de ensino privado pelas redes públicas e a contratação de instituições privadas para a elaboração de políticas educacionais, e com essa ação podemos apontar o poder público financiando o crescimento lucrativo do mercado empresarial privado.

Sobre as avaliações, podemos perceber que as estratégias de financiamentos por resultados fortemente presente no Documento geram competitividade e diferenciação de qualidades, ou seja, o objetivo central do Banco Mundial neste Documento, que é a educação para todos, ficará comprometido com a presença da competitividade e da qualidade baseada nos resultados das avaliações. Podemos assim identificar uma contrariedade entre a orientação das avaliações e o objetivo central do Documento, a educação para todos.

Para finalizar, e como já dito, o Documento evidencia a forte indução aos avanços do setor privado na educação, por meio de variadas estratégias, muitas das quais já vem sendo colocadas em prática em vários países do mundo, incluindo o Brasil.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. et al. As parcerias entre prefeituras paulistas e só setor privado na política educacional: expressão de simbiose? **Educação e Sociedade**, Campinas, v.33, n.119, p.533-549, abril-jun. 2012.

ALTAMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 77-89, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40-602009000300006>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

BANCO MUNDIAL. Constituição (2004). **Monitoração e Avaliação: Algumas ferramentas, métodos e abordagens**. 1. ed. Washington: Banco Mundial.

BANCO MUNDIAL. **Políticas e procedimentos do Banco Mundial para aquisições: Revisão de políticas**. Brasil: Banco Mundial, 2012. 19 p.

BAUER, Adriana. Do direito a educação a noção de quase-mercado: tensões no política de educação básica brasileira. **Rbpae**, Brasília, v. 3, n. 24, p.557-575, set. 2008.

_____. Avaliação de impacto no Brasil: é possível mensurar impactos de programas de formação docente? **Estado, Avaliação e Educação**, São Paulo, v. 21, n. 46, p.229-252, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1576/1576.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BERNUSSI, M. **Instituições Internacionais e Educação: A agenda do Banco Mundial e do Education for All no caso brasileiro**. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BERTAGNA, Regiane Helena; BORGHI, Raquel Fontes. Possíveis relações entre avaliação e sistema apostilado privado em escolas públicas. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 38, n. 21, p.132-146, out. 2008.

BRASIL. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015- versão preliminar**. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192>. Acesso em: 18 mai. 2016.

BUENO, M.S.S. O Banco Mundial e modelos de gestão educativa para a América Latina. **Caderno de Pesquisa**, v.34, n.122, p.445-466,2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742004000200009>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16, n. 48, p.545-806, set. 2011.

CENSO ESCOLAR. 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 16 mai. 2016.

_____. 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 16 mai. 2016.

CÉZAR, E. Parceria público-privada na educação. **Revista Jurídica da Universidade de Cuiabá e Escola da Magistratura Mato-grossense**, [s.l], v. 2, n. 1, p.81-99, jan. 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/leticia.CITROTECLTDA/Downloads/145-532-1-PB.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

CHUEIRI, Mary Stela Ferreira. Concepções sobre Avaliação Escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 39, p.49-64, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1418/1418.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.n

CURY, C.R.J. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

DAVOK, Delsi Fries. Qualidade em Educação. **Avaliação**, Campinas, v. 12, n. 3, p.505-513, set. 2007.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; TUMOLO, Paulo Sergio. A Relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, p.557-571, abr. 2016.

FIGUEIREDO, I.M.Z. Os projetos financiados pelo Banco Mundial para o ensino fundamental no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.30, n.109, p.1123-1138,2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000400010>>. Acesso em: 19 fev.2015.

FIGUEIREDO, I. A centralidade em educação e em saúdes básicas: a estratégia político-ideológica da globalização. **Pro-Posições**, v.19, n. I (55) p. 173-185, jan. /abr. 2008.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p.153-177, maio 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a02.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os Reformadores empresariais da educação: Desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p.379-404, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

FRIGOTTO, Gaudência; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores**. São Paulo: Comunicação, 2012. 14 p.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na Educação: uma nova abordagem**. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA: QUALIDADE NA APRENDIZAGEM, 13., 2013, Florianópolis. Florianópolis: Capes, 2013. v. 1, p. 1 - 18.

HADDAD, et al. **Banco Mundial, OMC e FMI: O impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

KLEES, S.; EDWARDS JUNIOR, B. Privatização da Educação: Experiências dos Estados Unidos e outros países. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n.60. p.11-30,2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0011.pdf>> Acesso: 01 de jun. 2016.

LEITE, M.I.; PEREIRA, S.M. **A qualidade na Educação Infantil e os direitos da criança pequena**. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

LOUREIRO, F. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre o Brasil e os Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 2, p.547-576, ago. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/leticia.CITROTECLTDA/Downloads/10 Economia e Sociedade 48 Artigo 9.pdf>. Acesso em: 24 maio 2016.

MARQUEZ, C. **O Banco Mundial e a Educação Infantil no Brasil**. Goiânia, 2006.

MOTA JUNIOR, W. P.; MAUES, O. C. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.39, n.4, p.1137-1152, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000400010>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

OLIVEIRA, J.; BORGHI, R. **Oferta de vagas na Educação Infantil: As parcerias/convênios com instituições privadas com fins lucrativos**. In: SANTOS, J.J.

PECI, A; SOBRAL, F. Parcerias público-privadas: Análise comparativa das experiências britânica e brasileira. **Ebape**, Brasil, v. 5, n. 2, p.1-14, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v5n2/v5n2a11.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

PEREIRA, J.M.M. **Banco Mundial: criação, concepção e primeiros anos (1942-60)**. VARIA HISTORIA, Rio de Janeiro, v.28, n.47, p.391-419,2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000100018>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

PEREIRA, J.M.M. **Banco Mundial dos bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994)**. Topoi, Rio de Janeiro, v.15, n.19, p.527-564,2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x015029006>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

PEREIRA, J.M.M. O Relatório Meltzer de 2000 e a reforma do Banco Mundial e do FMI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.54, n.2, p.118-137, 2011. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292011000200006>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela (Org.). **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2015. p. 89-112.

PRONKO, Marcela. **O Banco Mundial no campo internacional da educação**.

ROBERTSON, S. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n.50, p.283-493, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a03.pdf> Acesso em: 01 de jun. 2016.

ROBERTSON, S; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p.1133-1156, out. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n121/a12v33n121.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2016.

SALLUM JUNIOR, B. Metamorfoses do estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 18, n. 52, p.35-54, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18065.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2016.

SANTOS, A.F. **Teoria do Capital Intelectual e Teoria do Capital Humano**: Estado, Capital e Trabalho na Política Educacional em dois momentos do processo de acumulação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27. Caxambu-MG, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt09/t095.pdf> Acesso em: 31 de jun. 2016.

SCHULTZ, T. Fatores econômicos da educação. In: _____. **O valor econômico da educação**. 2ed. Nova York; Columbia University Press, 1973. p. 16-35.

SIMON, S. De Bretton Woods ao Plano Marshal: A política externa Norte-Americana em relação á Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v. 2, n. 14, p.24-47, 2011. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/196>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

SOARES, M.C.C. **Banco Mundial: políticas e reformas**. In: TOMMASI, L.;

SOUZA, Lanara Guimarães de. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. In: Lordêlo, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. **Avaliação Educacional: Desatando e reatando nós**. Salvador: Edufba, 2009. Cap. 1. p. 17-30.

WARDE, M.J.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TOMMASI, et al. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

VIANA, C. **Estratégias Urbanas do Banco Mundial e Políticas Públicas no Brasil**. 2004. 129 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

WORLD BANK GROUP. **Learning for All- Investing in People's knowledge and skills to promote development**. Washington D.C: 2011.